

Cezar Augusto Sales Uchôa Júnior

"PERGUNTE AO BISPO": Em defesa de um projeto cristão de sociedade na Diocese de
Nova Iguaçu (1972).

Monografia apresentada ao curso de História

Como requisito parcial para obtenção do

Título de Licenciado em História,

do Instituto Multidisciplinar da

Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Surama Conde Sá Pinto.

NOVA IGUAÇU – RJ

2014

"PERGUNTE AO BISPO": Em defesa de um projeto cristão de sociedade na Diocese de
Nova Iguaçu (1972).

Cezar Augusto Sales Uchôa Júnior

Orientadora: Surama Conde Sá Pinto.

Monografia do Curso de História do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Licenciado em História.

Aprovada por:

Presidente: Dr^a. Surama Conde Sá Pinto

Prof. Dr. José Costa D'Assunção Barros

Prof. Dr^a. Silvia Regina Alves Fernandes

NOVA IGUAÇU – RJ

2014

"PERGUNTE AO BISPO": Em defesa de um projeto cristão de sociedade na Diocese de Nova Iguaçu (1972).

Cezar Augusto Sales Uchôa Júnior

Orientadora: Surama Conde Sá Pinto.

Resumo da Monografia do Curso de História do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Licenciado em História.

Os desafios em torno da compreensão da relação Igreja-Estado, sagrado-profano, são muitos. A presente monografia buscou discutir como na Diocese de Nova Iguaçu, a partir da publicação do jornal semanal A Folha, o bispo Dom Adriano Hypólito se utiliza de uma coluna de perguntas e respostas para expor um projeto de sociedade que deveria ser construído pela cristandade. Como o período em questão (1972) o Brasil estava sob o regime de uma Ditadura Militar, e a Igreja vivia um processo de revisão de sua identidade e missão, o caso da Igreja em Nova Iguaçu torna-se emblemático para o entendimento que o ponto chave para entender essa relação é encontrar como cada instituição interagiu com a sociedade e a partir daí encontrar os elos entre Igreja e Estado. Esses elos são percebidos, no discurso religioso-político da Igreja, demonstrando sua tentativa de ampliar a esfera religiosa, não somente no cotidiano das pessoas, mas agora também nas relações que estruturam a sociedade.

Palavras chave: Igreja, Estado, Baixada Fluminense, A Folha

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 1

CAPITULO 1 – A IGREJA E ESTADO NO BRASIL, 5

1.1 DEFINIÇÕES, 5

1.2 NA COLÔNIA, NO IMPÉRIO E NA REPÚBLICA, 10

1.3 UMA RELAÇÃO EM DEBATE, 18

CAPÍTULO 2 – A BAIXADA FLUMINENSE, A IGREJA E A DITADURA MILITAR, 28

2.1 A BAIXADA FLUMINENSE E A DIOCESE DE NOVA IGUAÇU, 28

2.2 ENTRE A CRUZ E O FUZIL – IGREJA E ESTADO NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR, 38

2.3 O CONCÍLIO DO VATICANO II E A DIOCESE DE NOVA IGUAÇU, 47

CAPITULO 3 – “A FOLHA” UM PANFLETO”, 54

3.1 DIVULGANDO UM MODELO CATÓLICO DE SOCIEDADE, 54

3.2 A COLUNA – SUA FORMA E SEUS TEMAS, 59

3.1 O DISCURSO RELIGIOSO-POLÍTICO DA COLUNA,64

CONCLUSÃO, 79

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 82

FONTES, 82

ARTIGOS, CAPÍTULOS E LIVROS, 83

INTRODUÇÃO

Quase sempre o Brasil é visto como um país que vai a reboque das tendências mundiais, mas no que se refere à questão da Igreja Católica pós Vaticano II, parece que ele, juntamente com a América Latina forneceram a conjuntura necessária para, no mínimo, provocar as mudanças vivenciadas na Igreja Romana. No que diz respeito a esse aspecto, percebe-se um retorno à temática das relações Igreja e do Estado, na medida em que o fenômeno religioso passa a ser visto como fator fundamental para o entendimento de certos processos históricos. Nesse sentido, o caso brasileiro é muito significativo. Cabe perguntar: a história do país é “confundida” com a história da Igreja, ou será que não fazem parte do mesmo processo de formação de uma identidade nacional, na qual o catolicismo sempre foi um traço marcante, tanto na religiosidade popular como nas reformulações pastorais a partir da segunda metade do século XX? O fato é que as interpretações do fenômeno religioso como processo histórico necessitem de uma delimitação consistente, dado a amplitude das questões suscitadas. Muitas são as perguntas, várias as direções possíveis, por isso é preciso identificar com clareza o objeto, as principais fontes, justificativas em torno da relevância da opção feita e os caminhos possíveis para a compreensão do tema apresentado nesta monografia.

Este trabalho visa construir como objeto a relação entre Igreja e Estado no caso Brasileiro. _Relação esta que no decorrer dos séculos segue um caminho no qual a sociedade molda-se e é moldada por ela. Não se trata de uma História da Igreja, propriamente dita, ou de uma História da ação da Igreja frente à sociedade e sua relação com o Estado, trata-se de uma tentativa em compreender a relação em si. O indício a ser considerado são os discursos políticos produzidos pela Igreja e sobre a Igreja. Eles passam a ser objeto para essa análise, pois revelam algumas mudanças internas e os novos vínculos da Igreja com a sociedade¹, principalmente no período a partir da década de 1960. Isso foi um dos motivos de concentrar o estudo nesse período, por entender-se que trata-se de um momento marcante de mudanças estruturais na Igreja e por ser o momento conjuntural da Ditadura Militar, significativo para exemplificar esse processo de acomodação entre Igreja e Estado. Faltando incluir ao objeto o lugar de onde se evidencia, ou não, as proposições levantadas. Esse lugar é a Diocese de Nova

¹ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. p.21

Iguaçu, na região conhecida como Baixada Fluminense, reconhecidamente um espaço de ausências e marcado pela ação eclesial nos moldes do Vaticano II, principalmente a partir dos anos 1970, sendo mais específico no ano de 1972, ano de criação do jornal A Folha, principal fonte analisada. Então o objeto se constitui na relação entre Igreja e Estado no Brasil, no qual a partir da Ditadura Militar e da aplicação e divulgação das diretrizes conciliares, buscar-se-á estabelecer nesse novo posicionamento da Igreja algumas marcas dessa relação.

As marcas vistas em Nova Iguaçu foram objeto de várias análises, como de Scott Mainwaring que, ao perceber as modificações no papel político da Igreja, busca compreender os dilemas, conflitos e alianças entre a Igreja e os movimentos populares ². Por sua vez, Kenneth P. Serbin percebe que na Diocese de Nova Iguaçu muitos militantes que operavam silenciosamente contra o regime encontravam acolhimento na chamada *diocese da clandestinidade*³. Além disso, a Diocese e a figura de Dom Adriano Hypólito marcaram profundamente a região tanto por sua atuação e militância, como na conservação da memória local.

Essa memória local fica no Arquivo da Cúria Diocesa de Nova Iguaçu, localizada na Rua Dom Adriano Hypólito, nº 08, no Bairro de Moquetá, Nova Iguaçu. Esse arquivo foi criado em 1960 e ganha uma proeminência durante os anos em que Dom Adriano esteve à frente da diocese. Nele encontra-se praticamente todos os exemplares do semanário A Folha, assim como outras fontes e documentos de registro de batismos do século XVIII. Interessante notar que as pesquisas que utilizam-se desse material geralmente são posteriores a 1974, dois anos depois da criação do Jornal. Para esta monografia, contudo, o ano escolhido foi 1972, pois foi o ano de criação da Folha, do impasse em torno das comemorações do Sesquicentenário da Independência e de eleições municipais, sendo um dos temas abordados nas colunas que serviram de base para esta monografia. Essas colunas foram fichadas e classificadas por eixos temáticos. Aqui, o tema da justiça social, política e realidade local serviram de eixo para a argumentação da pesquisa.

A pesquisa justifica-se por ser, em primeiro lugar, uma maneira de refletir sobre a história dessa região tão marcada por ausências, inclusive de história e identidades próprias.

² Idem. p.208

³ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001

Apesar de saber que todos estes conceitos são construções representativas e, não necessariamente ajudarão na construção de uma identidade do povo da Baixada Fluminense, esta monografia, talvez possa lançar alguma luz sobre o processo de marginalização da população da Baixada Fluminense. Acreditamos que esta marginalização pode ser revertida a partir da identificação de agentes locais, como Dom Adriano, que ajudaram a enfrentar essa realidade, sendo parte de uma identidade histórica própria da Baixada ainda por construir, percebendo as particularidades e as relações com processos históricos mais gerais. Em segundo lugar a pesquisa levanta questões já abordadas, através do uso do Jornal A Folha, mas o período (1972) de análise ainda não foi estudado. Enquanto nas fontes posteriores a 1974, Rafael Nascimento percebe no discurso de A Folha um fala teor de resistência⁴, no período inicial, apesar de constatada algumas críticas, a análise evidência muito mais uma forma de orientação para as ações da Igreja.

Dentre os caminhos possíveis de construção desse trabalho, foi escolhido o da intercessão entre as esferas política e a social, na qual o discurso passa a ser objeto de reflexão, inserindo-se na classificação da História do tempo-presente, tendo como o balizamento teórico-metodológico a História Social, como modalidade da historiográfica ligada à dimensão da vida social⁵. Porém, a preocupação não é exclusivamente entende as relações de poder em torno da construção discursiva. Busca-se ter como referencial teórico as análises do discurso religioso em função do entendimento que Pierre Bourdieu faz de Max Weber. Bourdieu tenta eliminar as dificuldades encontradas em Weber na tentativa por considerar a eficácia histórica das crenças religiosas. Para a pesquisa será usado sua conceituação de discurso profético. Nele a Igreja pode ser entendida como doadora do sentido e o discurso (*profecias*) como legitimadora das práticas e representações. Práticas essas que, no caso da Igreja nos moldes do Vaticano II, giram em torno de uma ação na sociedade em prol da justiça social, enquanto que as representações são alusões aos sacramentos e rituais projetados nas relações sociais. Dessa forma, o discurso contido na coluna *Pergunte ao Bispo* ganha uma força muito maior para o fiel, pois não se trata essencialmente, ou apenas, de uma

⁴ NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. *Imagens da libertação : a atuação política da Igreja Católica de Nova Iguaçu por meio do jornal A Folha (1974-1981)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2007.

⁵ BARROS, José D'Assunção. “*A História Social: seus significados e seus caminhos*” in LPH - Revista de História da Universidade Federal de Ouro Preto. N° 15, 2005; p.235-256

fala política, mas de uma *mensagem profética*⁶. Esse discurso, contido na coluna *Pergunte ao Bispo*, nos levou a levantar as seguintes questões: como relacionar e perceber religioso e o político no discurso de A Folha? De que maneira tal discurso evidência as conclusões do Concílio do Vaticano II? E, por fim, como entender a relação entre Igreja e Estado, quando amplia-se o olhar a uma temporalidade de longo prazo?

Para o desenvolvimento dessas questões, estruturamos essa monografia em três capítulos. No primeiro é traçado um perfil do tipo de relação entre Igreja e Estado na história brasileira. Nesse capítulo, além das definições de Igreja e Estado, apresenta-se um debate sobre essa relação. No segundo capítulo, busca-se uma aproximação temporal e geográfica com o objeto principal, a coluna “Pergunte ao Bispo”, conceituando a região da diocese de Nova Iguaçu e estabelecendo uma relação com a conjuntura nacional, no período do Regime Militar. Ainda neste capítulo, também, busca-se estabelecer os vínculos entre o Vaticano II, a Igreja Brasileira a partir da Diocese de Nova Iguaçu. Com essa contextualização, no capítulo 3 é apresentada exclusivamente A Folha, com ênfase na coluna do bispo diocesano; nele busca-se perceber evidências de algum tipo de projeto católico para sociedade. Além disso, a análise das formas e dos temas contidos na coluna, apontam para a uma reflexão sobre o tom político das palavras do bispo diocesano.

⁶ BOURDIE, *A Economia das Trocas Simbólicas*. Introdução, organização e seleção Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CAPITULO 1 – IGREJA E ESTADO NO BRASIL

1.1. DEFINIÇÕES

Para se compreender melhor as relações que envolvem uma sociedade, um dos caminhos pode ser através de suas instituições, seja a família, a escola, ou mesmo o próprio Estado constituído e as instituições religiosas. Esta monografia, apresenta como proposta analisar o discurso religioso-político, na coluna de perguntas e respostas do semanário a Folha. Tal discurso, apesar localizado temporal e espacialmente no período de 1972, na região da Baixada Fluminense, é possível perceber relações com um contexto mais amplo, no qual se percebe as implicações de um Estado que busca desassociar-se da influencia da Igreja e de uma Igreja que está revendo sua concepção de si mesma. Neste semanário, percebe-se uma tentativa de construir um projeto de sociedade com bases Católicas na Diocese de Nova Iguaçu. Porém, para isso faz-se necessário definir os conceitos a serem tratados, no que se refere à Igreja e ao Estado.

A Igreja Católica Romana é considerada uma das instituições ocidentais mais antigas no mundo. Embora sua origem esteja atrelada às primeiras comunidades cristãs dos séculos II e III, sua formação institucional é posterior, com a simbiose entre o Império Romano e o Cristianismo, a partir de 313, quando Constantino e Licínio decidem dar liberdade de culto a todas as religiões no Império romano. Durante este período, a Igreja Cristã recebe privilégios e proteção imperial, até que, no fim do século IV, o Imperador Teodósio proclama o cristianismo como religião oficial do Império⁷. A questão aqui é menos cronológica e mais conceitual, pois a Igreja envolve um caráter quase intangível – talvez o seja mesmo – no que se refere à sua transcendência. A Igreja opera numa esfera espiritual (*do além vida*), porém, também interfere nas relações sociais, culturais, econômicas e no campo das relações de poder, sendo que as bases de sua organização, como instituição, são bem terrenas. Sendo assim, para compreender a Igreja é preciso considerar como ela, em períodos distintos, se auto-identifica em função dessa relação sagrado e profano. Scott Mainwaring afirma que a despeito do seu caráter transcendental, a Igreja está sujeita a um processo que visa a autopreservação, como instituição, frente ao Estado, à outras religiões e à sociedade; além de buscar divulgar a sua mensagem, influenciando nos rumos e no modo de vida de suas

⁷ HORNAERT, Eduardo, AZZI, Riolando. et al. *História da Igreja no Brasil. Ensaio de Interpretação a partir do povo. Primeira Época – Período Colonial*. Petrópolis: Vozes, 2008. Pp.160-161

comunidades; e por fim, para isso, a Igreja tende a se afastar de sua origem para manter-se viva nas relações de poder das sociedades⁸.

Essa ambiguidade, entre fé e instituição não fere a primeira. E nem deve ser desconsiderada, pois uma das bases de sustento da própria instituição está na maneira como a fé é trabalhada no âmbito da subjetividade (individual ou coletiva) em relação à tradição. Assim, ao mesmo tempo que a fé precisa estar associada, ou mesmo enquadrada, em uma determinada tradição (dogma ou doutrina), mecanismos subjetivos são capazes de produzirem uma forma de expressão religiosa que ultrapasse a teia da instituição. Nesse ponto se faz uma distinção entre a religião (o instituído) e religiosidade (a expressão praticada). Separação meramente didática, no entanto necessária. Baseado em Max Weber, Mainwaring, constrói suas bases teóricas para entender a relação Igreja e sociedade, salientando a maneira como a Igreja Católica soube absorver as mudanças (sociais, econômicas, culturais), mantendo certa identidade e consistência institucional⁹. Segundo esse autor, na maioria dos estudos existentes, o foco tem sido, quase sempre, verificar os interesses institucionais da Igreja, no sentido das relações de poder com o Estado e dentro da própria instituição, sem considerar o próprio discurso eclesiástico. Mas é preciso cautela no discurso que a Igreja produz sobre si – suas intenções discursivas – pois são essas considerações que visam nortear os padrões do tipo de relação entre Igreja, Estado e Sociedade que se pretende estabelecer. São os dogmas, doutrinas e leis canônicas que serão interpretados (de acordo com interesses) e determinarão como a Igreja se entende.

A Igreja, pensada como instituição, tem sido subjulgada em função da noção de Estado Moderno. As análises têm a tendência a considerar a Igreja como uma instituição secundária na construção dos valores ideológicos da sociedade ocidental. A secularização, associada à formação de uma ideologia¹⁰ de Estado, parece ser tom dos estudos, desconsiderando ou relegando os aspectos religiosos a uma segunda, ou terceira instância nas

⁸ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p.16

⁹ Idem, *Ibidem*. p.21

¹⁰ Ideologia aqui, está sendo pensada no sentido de um conjunto de ideias e valores relacionados com a ordem pública, tendo a função de orientar posicionamentos políticos. Classificada por Norberto Bobbio como conceituação fraca de ideologia, em oposição ao conceito forte, no qual a partir de Marx é vista como um espécie de ferramenta para a manutenção do poder. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO Gianfranco. *Dicionário de Política Vl. I de A a K*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª ed. 1998

pesquisas históricas, sociológicas e políticas, nesse contexto desconsidera-se a Igreja Católica Romana como uma instituição muito mais antiga, (e se mantém ainda hoje), do que o Estado. Isso não quer dizer que uma instituição tem mais relevância que a outra na análise histórica, por ser mais antiga. Ambas devem ser consideradas como um dado ou objeto, social, histórico e cultural.

Diante disso, para compreensão do Estado será considerada – a partir do debate entre a concepção marxista e a construção da noção de Estado liberal – uma breve reflexão sobre esse conceito, não cabendo aqui um aprofundado maior, mas apenas uma incursão geral e preliminar para o objetivo da pesquisa.

Inicialmente, é possível considerar o Estado como uma instituição sobre a qual forças, interesses e valores, de ordem social, política, econômica e cultural, estão em constante tensão, porém, constitui uma forma de *poder centralizado*. Esse poder encontra legitimidade e ao mesmo tempo impõe sua autoridade, sendo incorporado à mentalidade dos indivíduos, além de agir através de seu aparato burocrático. Marx desenvolve sua concepção de Estado baseado nas relações entre as classes e considera-o como expressão política de uma classe dominante, sendo que seu surgimento se dá a partir da necessidade dos grupos de controlarem os conflitos sociais e os diferentes interesses econômicos.

“Dado que a propriedade privada se emancipou da comunidade o Estado adquiriu uma existência particular junto à sociedade civil e fora dela; mas esse Estado não é mais que forma de organização que os burgueses constituem pela necessidade de garantirem mutuamente a sua propriedade e seus interesses tanto no exterior como no interior.”¹¹

Esta compreensão de Estado considera que a dominação não ocorre somente pela força estatal, mas também através de mecanismos de consentimento, nos modos de pensar e no consenso da população. Sendo o Estado pensado, como uma espécie de catalisador da sociedade civil e reflexo de uma época, incorporando a sociedade a ele através de suas instituições públicas e mediando os interesses divergentes por meio de uma convergência política.

Sendo portanto o Estado a forma através da qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os interesses comuns e na qual se resume toda

¹¹ MARX, K. ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martin Fontes, 2001. p.123

*sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições públicas tem o Estado como mediador e adquirem através dele uma forma política.*¹²

No entanto, é preciso considerar a *dimensão histórica* do Estado, classificado-o como: Estado Moderno (antigo regime) e Estado Contemporâneo (novo regime). Nesse processo, novas demandas sociais pressionaram o Estado a abrir novas formas de participação para a sociedade. Bobbio considera que nessa passagem, houve pouca mudança na forma institucional do Estado, porém a mudança substancial seria a passagem da legitimidade para a legalidade, na qual o vínculo entre a sociedade e o Estado passou a ser menos a figura do *enti-Estado* (o rei, o príncipe) e mais a dimensão da norma jurídica, ou do direito.¹³ Em linhas gerais, isso seria a base do conceito de Estado liberal, fundado sobre o direito. Em tese, na defesa dos direitos individuais e no controle social do poder, confiado em uma suposta neutralidade jurídica e burocrática, porém é preciso entender as disputas internas de cada conjunto social, travadas no âmbito político, econômico e cultural, na qual o Estado é parte de tudo isso, sendo uma instituição mergulhada nas relações e nos interesses dos grupos diversos que buscam seu espaço para fazer valer *seus direitos*.

Dessa forma, o conceito de Estado, pode ser pensado como um *enti*, um agente, uniformizador dos vários grupos sociais, refletindo e abarcando toda sociedade. Portanto, nesta monografia o Estado será pensado como um *enti* social de ordem política (múltiplo e diverso), uma espécie de *rede conectiva* das diversas relações sociais, na qual a convergência acontece na *gestão do poder*¹⁴, através de uma estrutura governamental. Estrutura tal que pode ser vista como reflexo, não de uma uniformidade, mas dos conflitos, antagonismos e contradições da sociedade.

A importância dessa conceituação ajuda a compreender que durante os séculos XIX e XX, com a consolidação dos Estados Nacionais, a sociedade civil continuaria sua dinâmica, nem sempre atrelada ao que se convencionou na historiografia oficial dos Estados Nacionais. Nesse contexto a ideia de nação e cidadania precisam ser pensadas a partir da identificação com o Cristianismo Católico, pelo menos no caso da América Latina. Claro que essa identificação geral de pertencimento nacional, está condicionada ao pertencimento religioso,

¹² Idem, p.124

¹³ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO Gianfranco. *Dicionário de Política VI. I de A a K*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª ed. 1998. p.430

¹⁴ Idem, p.427.

sendo preciso verificar os interesses específicos e locais, dos diversos grupos sociais que envolvem a sociedade. Ou seja, a centralização do Estado e a solidificação no tecido social feito pela Igreja, não quer dizer uma sujeição total da sociedade civil ao Estado, pois ela é múltipla e diversificada. Nesse sentido, olhar a relação Igreja Estado, não apenas na perspectiva da inter-relação institucional, mas considerando as relações no tecido social, pode trazer a tona objetos e questões que ficariam ocultos em uma leitura apenas institucional. Como exemplo: o enlace entre cidadania e cristandade pode ser considerado, nem tanto, como uma herança do atrelamento entre Igreja e Estado, mas como algo característico dessa sociedade que manteve tradições do Antigo Regime, associando inovações do Liberalismo ao conceito de Estado Moderno. Isso porque, nas bases da fundação do Estado Português, e posteriormente no Império brasileiro essas duas instituições coexistiram como partes integrantes dessa sociedade, sendo fundamentais para a manutenção dos interesses dominantes na constituição da relação entre Estado e Igreja na sociedade, firmando alianças que permitiram essa relação institucional por séculos. Em outras palavras, o vínculo institucional entre Igreja e Estado precisa ser pensado, também, a partir das condições sociais para essa associação.

Por isso, não há homogeneidade neles, não uma definição monolítica, são instituições inseridas na sociedade, organismos constituídos e mantidos no tecido social. Essas instituições refletem os interesses dos agentes que as compõem. Assim, como o Estado é formado por partidos políticos, grupos econômicos e sociais dos mais diversos, a Igreja, da mesma forma é constituída por setores, grupos, com visões e objetivos diversos. Porém, a Igreja envolve uma atmosfera intangível, a espiritualidade. No entanto, essa suposta vertente inatingível pode ser verificada através do seu discurso teológico, doutrinário e confessional. Dessa forma, conceituar esses termos envolve, apreender o discurso sobre eles. Sem aprofundar mais esta monografia, busca compreender como esse tipo de discurso religioso, difundido em uma coluna de pergunta e resposta, no semanário A Folha, tenta implementar um projeto de sociedade católica, no qual tanto a Igreja como o Estado devem buscar um meio de vida que diminua a injustiça social. Assim, Estado, Igreja e Sociedade encontrariam um ponto de ligação substancial, a justiça social, no qual o problema residiria na que entende sobre isso.

1.2. NA COLÔNIA, NO IMPÉRIO E NA REPÚBLICA

Neste ponto, cabe uma breve reflexão sobre a relação da Igreja e Estado na realidade brasileira, do período colonial até a República, buscando perceber a necessidade de considerar a esfera religiosa como parte integrante e, por vezes indissociável da sociedade brasileira. Hoje parece simples e, até mesmo fácil fazer distinção entre os objetivos da Igreja e do Estado. Porém, essa simplicidade é aparente e inventada. É frequente a crítica aos limites e interferências da religião na política, na vida cotidiana e na moralidade coletiva, mesmo com a diminuição da influência religiosa nestas esferas, a religião ainda é parte integrante e considerável da vida, não somente privada, mas também em sociedade. Delegar a religião a uma esfera limitada é forçar uma distinção artificial e impossível de se manter. Para entender essa relação, entre Igreja e o mundo (sociedade), historicamente pode ser verificado pelo regime associativo entre a Igreja Católica e o Império, na fundação da nação e posteriormente nos esforços da Igreja em consolidar a sua participação na formação moral e ética dos brasileiros. No entanto, isso não limita-se apenas a uma análise do vínculo institucional. É preciso aprofundar a compreensão de como a Igreja Católica Brasileira foi modelando-se em função dos processos políticos, culturais e principalmente sociais. Diante disso, faz-se necessário um breve levantamento dessa relação, Igreja-Estado desde a fundação da nação, para compreender, tanto como a cultura cristã católica está entranhada na sociedade brasileira, como a maneira com que a Igreja foi se modelando às novas realidades sociais no período da República até o período em questão.

Com a chegada da Coroa Portuguesa à terra que seria denominada América Portuguesa e, posteriormente Brasil, chegou também, a Igreja Católica. Essa empreitada foi possível devido à aliança existente entre a Coroa e a Igreja, na qual ambas tinham como objetivo as Conquistas *do além mar*. Essa relação entre o poder espiritual e o poder secular denominou-se Padroado, definido por C.R. Boxer como:

... uma combinação de direitos, privilégios e deveres concedido à Coroa portuguesa, como patrono das missões católicas e instituições eclesiásticas na África, Ásia e no Brasil. Estes direitos e deveres provinham de uma série de bulas e breves papais, começando pelo breve Dum Diversas de Nicolau

V, em 1492, e culminando no breve Praecluse Devotionis de Leão X, em 1514¹⁵.

A conceituação do que foi o instituto do padroado português é de suma importância para a compreensão do tipo de relação construída entre a Igreja e o poder secular tanto para a Coroa portuguesa, como para o caso brasileiro. Em primeiro lugar, dada complexidade dos atributos jurídicos e canônicos, dos interesses políticos tanto dos papas como dos reis de Portugal, além de questões de ordem religiosa-eclesiástica, será enfatizada apenas o tipo de relação existente entre a Coroa portuguesa e a Igreja Romana, sem um aprofundamento maior.

Alceu Kuhnen, entende o instituto do padroado, chamado de *jus patronatus*, como uma construção jurídica, na qual tradições ligadas ao direito consuetudinário são fundidas ao direito romano e canônico. Em um primeiro momento, a Igreja se apropria desses conceitos conferindo privilégios especiais ao fundador da igreja local.

Em outras palavras, os direitos do padroado eram concedidos pela Igreja como uma forma de recompensar o fundador pelas ingentes doações, pelos edifícios construídos com suas rendas e pela doação de terras que eram de sua propriedade. Não era propriamente um direito adquirido imediatamente após a sua fundação, mas uma graça de condigno. Ou seja, um privilégio conferido pelos bispos ou papas aos fundadores e que poderiam se estender perpetuamente aos seus herdeiros ou sucessores.¹⁶

O autor chama a atenção para o fato de que a Igreja na região da Península Ibérica, desde cedo, utilizou largamente o regime de padroado eclesiástico em sua administração. Para regulamentar e limitar os abusos desse instituto, a Igreja buscou legislar, principalmente através de concílios nacionais, como o de Toledo, em 655, através do qual os padres toledanos assumiram essa disciplina como uma tradição antiga da Igreja Hispânica.

Com a difusão dessa prática pela Europa, a Igreja consegue manter laços de fidelidade nas mais diversas regiões, porém seu poder e capacidade de gerenciar a cristandade é sempre ameaçada pela ação dos leigos nos assuntos eclesiásticos. No período Medieval, os patronos apresentavam-se como verdadeiros administradores dos bens temporais da Igreja, por sua vez a Igreja recorreu às formulas jurídicas do direito canônico para disciplinar e restringir o poder temporal na administração de seus bens. Com o papado de Alexandre III, em 1179-80, foi elaborado o melhor instrumento canônico para controlar a interferência dos

¹⁵ BOXER, C.R.. *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*. Lisboa: Edições 70. 1978. p. 101

¹⁶ KUHNNEN, Alceu. *As Origens da Igreja no Brasil: de 1500 a 1552*. Bauru-SP:Edusc, 2005. p.34

leigos nos benefícios eclesiásticos. Com uma fórmula moderada, a Igreja aliou a tradição do *Direito de Padroado* com a disciplina eclesiástica. No entanto, os problemas estavam longe de serem solucionados. Alguns anos mais tarde, Gregório IX (1227-1241) apresenta, no título 38 de seus *Decretales*, uma ampla doutrina com as principais orientações conciliares e pontifícias sobre o direito do padroado, tornando-se a norma definitiva da Igreja sobre o tema. Até o Concílio de Trento, as autoridades eclesiásticas concediam com grande facilidade esse privilégio que era visto como uma grande honra e de muita utilidade para os que recebiam.

Com a formação dos Estados Nacionais e a centralização do poder na figura dos reis, a Igreja buscou suprimir o regime de padroado local, mantendo apenas os padroados régios universais. Na prática, os privilégios aos patronos locais são ampliados aos patronos nacionais. Na essência, a fórmula continua a mesma, para manter os laços de fidelidade e expandir sua influência a Igreja concede privilégios, agora somente aos Estados Nacionais, na figura dos príncipes. Neste ponto, o padroado régio difere do direito ao padroado “local”, pois o primeiro envolveria questões de jurisdição maiores e um poder centralizado, passando a ser reivindicado pelos reis como um direito pelas *Conquistas*. No caso português, a jurisdição dos assuntos eclesiásticos dentro do reino continuou sob a administração de Roma, porém, a Ordem de Cristo, como herdeira dos Templários, recebe, em 1456, a autorização espiritual sobre as regiões ultramarinas. Assim, seu primeiro administrador, o infante D. Henrique, mesmo sem ser clérigo, passa a ter autoridade de bispo para gerir sobre as dioceses a serem criadas, nas terras *de além mar*. Nesse sentido, a América portuguesa, espiritualmente falando, esteve sob a jurisdição da Ordem de Cristo, sendo incorporado pela Coroa portuguesa somente em 1551, através do Papa Júlio III, quando o rei de Portugal era João III.

De forma resumida, esse processo levou a Igreja, em todo ultramar português, a ficar sob a jurisdição do rei de Portugal. Sem entrar nos detalhes das implicações efetivas, vale ressaltar a natureza dessa relação. Como foi exposto, a questão em torno do padroado português envolve uma concessão, uma graça, um privilégio concedido por parte da Igreja ao poder secular (a Coroa). Dessa forma a aliança entre Igreja e Coroa, baseado em um conjunto de tradições e legislações canônicas constituem uma forma de governo religioso-secular, na qual os papéis de cada instituição estão tão entrelaçados que devem ser pensados como parte do mesmo sistema – uma das bases da sociedade de Antigo Regime. Esta relação perdurou sem muitas alterações até a segunda metade do século XVIII, quando as reformas pombalinas buscaram redefinir a relação Igreja-Estado. A ênfase agora não seria mais a concessão da

Igreja para com a Coroa, mas o direito da Coroa em gerir as questões da Igreja. Existiu toda uma conjuntura que proporcionou o enfraquecimento da Igreja Romana e um fortalecimento das Igrejas nacionais. Esse tipo de relação Igreja-Estado foi conceituado como regalismo português. Seria, portanto, uma releitura do padroado, ampliando os direitos conferidos à Coroa na administração da Igreja, agora não apenas nas *Conquistas*, mas também em Portugal. Ítalo D. Santirocchi, em sua tese de doutorado, citando Zília Osório de Castro, afirma que o regalismo era uma supremacia do poder civil sobre o poder religioso, sem que houvesse uma uniformidade na argumentação¹⁷. Na colônia portuguesa, a Igreja, subjugada ao poder da Coroa, funcionava como uma espécie de departamento de Estado, tratando os assuntos civis, principalmente no registro de nascimentos, casamento, mortes e testamentos, além se tornar, em algumas localidades a única representação visível da Coroa Portuguesa.

Esse tipo de relação entre a Igreja e o Estado esteve presente, mesmo após a independência do Brasil, sendo abolido somente com a proclamação da República e a separação institucional entre Igreja e Estado. No entanto, durante o Império brasileiro a tensão se mantém. Com grupos divergentes dentro da própria Igreja, como no Estado, sobre como deveria ser o tipo de relação existente entre o poder secular e religioso. Os debates polarizavam-se em torno da ingerência ou não da Coroa sobre o poder religioso, evidenciado pelo regalismo e um retorno à centralização romana na Igreja brasileira, como desejavam os ultramontanos. Assim, ao mesmo tempo que o Império não desejava abrir mão de seus privilégios em relação ao poder religioso, politicamente, setores ultramontanos começam a ganhar força, principalmente na segunda metade do século XIX. Isso demonstra que a Igreja não era, como nunca foi, uma entidade monolítica e uniforme, pois vários setores continuavam em conflito no seu interior, tanto no que se refere ao tipo de aliança dela com o Estado, como em outros temas. Certamente, sua participação na vida e construção do Brasil como nação é algo que precisa, ainda, de muitas análises.

Nesse sentido, o tipo de regalismo vivido no Brasil durante o Império, dada a força e penetração da Igreja no tecido social brasileiro, produziu um tipo de fazer política bem interessante. Os principais membros da *elite política*¹⁸, pelo menos até o período Regencial,

¹⁷ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Império (1840-1889)*. (Tese de doutorado). Roma: UNIGRE, 2010. p.30

¹⁸ Conceito definido por José Murilo de Carvalho, no qual grupos passam a fazer parte da estrutura estatal em função da homogeneidade ideológica, através do treinamento em Coimbra, do tipo de

foram os clérigos. Assim, é possível refletir sobre este tema levantando uma discussão, sobre o foco da mentalidade cristã, como uma característica indissociável desta sociedade; chamando a atenção para o surgimento de novas formas de fazer política, como produto de tensões internas (influenciadas ou embasadas por ideias externas); e pensando a Igreja como um elo entre o mundo institucional e as práticas sociais, personificada na figura do padre-político. Nesta perspectiva Magda Ricci parece construir sua biografia sobre o Padre Diogo Antônio Feijó, reavaliando biografias anteriores que separavam o Feijó político do religioso.

Se seus antigos biógrafos delimitavam a ação social de um padre político do estilo de Feijó como que tendendo a levar a morte do padre em benefício do político, por outro lado e em certo sentido, a intensa presença de Feijó nos debates parlamentares da primeira metade do século XIX também reforçava a idéia da morte do padre perante o político. No entanto, a forma pela qual Feijó, ou melhor, Padre Diogo, chegou até mim impeliu-me a rever esta certeza historiográfica. Desde a minha pesquisa sobre Itu, estive longe de demonstrar que havia uma profunda cisão entre política e religião durante a primeira metade do século XIX. Foi isso que me fez perceber, rapidamente, a tolice da separação inicial entre o Feijó político e aquele antigo padre atualmente em Itu.¹⁹

Importante falar dele, pois foi uma figura emblemática que sintetiza o tipo de política praticada no Brasil no Século XIX que possibilitou a chegada ao poder de um homem que sintetizava na sua figura o proprietário de terras, o cidadão eleito e o religioso. Claro que suas ideias não eram nem um pouco ortodoxas para os padrões de um catolicismo romano, no entanto, tornando-se Regente do Império, demonstra como a Igreja é parte integrante da política nacional desse período e as análises, de uma forma geral nem sempre enfatizam isso.

A partir da segunda metade do XIX, as tensões entre Igreja e Estado se intensificam e, com adoção do regime republicano, em 1889, a manutenção da união entre Igreja e Estado torna-se insustentável. O que segue a partir daí, até 1916, é uma total ruptura institucional. A Igreja, apesar de perder os privilégios de Igreja Oficial de Estado, continua sendo considerada socialmente como religião hegemônica. Com isso, voltou-se para si, buscando uma

processo de treinamento e da falta rigidez, dando a ilusão acessibilidade. Desse grupo destaca-se os religiosos dado o acesso a esse tipo de educação. CARVALHO, Jose Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.p.151

¹⁹ RICCI, Magda Maria de Oliveira. *Assombrações de um padre regente(1784-1843)*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, CECULT-IFCH. p. 31

reestruturação que consolidaria um novo modelo de atuação definido como neocristandade, como afirma Mainwaring:

De um modo geral, entre 1890 e 1916 a Igreja se preocupou sobretudo com a consolidação de reformas internas, mas algumas lideranças começaram a promover uma liderança mais marcante na sociedade, antecipando o modelo de neocristandade. O surgimento do modelo de neocristandade pode ser datado de 1916, mas os vinte e cinco anos precedentes se caracterizam por adaptações institucionais aos desafios de existir numa república secular.²⁰

Esse modelo buscava manter a natureza conservadora da Igreja, além de continuar influenciando a sociedade no que diz respeito à educação, à moralidade, ao anticomunismo e ao antiprotestantismo. Dessa forma, a Igreja, apesar de sua desvinculação do Estado, continuava a gozar de hegemonia religiosa na sociedade brasileira, buscando construir alianças com o poder secular visando defender seus interesses. Interesses tais que ainda tinham como perspectiva o reestabelecimento institucional com o Estado. Porém, aos poucos, a Igreja foi redefinindo sua linha de atuação, formulando uma doutrina social mais progressista, mesmo que ainda não considerasse mudanças estruturais profundas e mantivesse críticas às inovações modernas.

O Estado, por sua vez, durante as comemorações do Centenário da Independência, percebe a importância da Igreja na consolidação do patriotismo, na manutenção da ordem e na estabilidade do poder político. Esse novo momento, tanto para Igreja, como para o Estado, não apontava para uma sacralização do Estado, como esperava setores do clero, como o bispo Dom Leme. A partir da década de vinte, parece que tanto a Igreja como o Estado veem a possibilidade de se estabelecer um diálogo, mesmo com divergências entre os seus interesses.

As comemorações do Centenário da Independência em 1922 constituíram uma oportunidade significativa para que a instituição católica mudasse a tônica de seu discurso com relação à república brasileira. Embora mantendo críticas ao seu caráter laicista, diversos clérigos e leigos passaram a ressaltar a cordialidade existente entre o poder político e o eclesiástico no período anterior²¹.

²⁰ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.p.42

²¹ AZZI, Riolando. *História da Igreja no Brasil. Ensaio de Interpretação a partir do povo. Tomo II/3-2. Terceira Época de 1930 a 1964*. Petrópolis: Vozes, 2008.p.220

Nesse contexto, surge o Centro Dom Vital, em 1922. Idealizado por Dom Leme, reuniu um grupo de intelectuais católicos no Rio de Janeiro tendo Jackson Figueiredo como líder. Passou a divulgar o princípio de autoridade e o ideal *ultramontano* de retorno da Igreja à centralidade de Roma, principalmente através da revista *A Ordem*²². Nesse momento, a Igreja busca uma afirmação de si em através dessa marca conservadora impressa pelo Centro Dom Vital, como principal exemplo da ação da Igreja frente ao Estado e à sociedade.

Dessa forma, a Igreja, mais uma vez, é apresentada como uma espécie de catalizadora das tensões sociais, mas isso não define o papel que esta instituição teve nesse período, nem em qualquer outro da história brasileira. Se, um século antes, a Igreja atuava na política, ajudando a definir os contornos institucionais da nação, participando de forma ativa na política, com os padres-políticos, ela agora continua impondo sua agenda, como uma agência que deve participar da construção da nacionalidade, não apenas assegurando ao poder secular a ordem institucional, mas, acima de tudo, lutando para que o Brasil continuasse a ser um país católico. No período seguinte, de um lado a Igreja desejava o reestabelecimento de uma relação de favorecimento por parte do Estado e, por outro lado, o Estado (principalmente no período Vargas) aproveitou *essa oportunidade de negociar alguns privilégios em troca de sanção religiosa*²³. Assim, a esperança de setores eclesiásticos era de, através da influência política e das diversas formas de *ação católica*, consolidar o projeto de *catolização das instituições* para assegurar o caráter cristão da vida social. Por outro lado, as experiências construídas – produzidas pelas diversas formas de atuação da Igreja, com a criação de institutos e formas de organização social – geraram uma bagagem e suporte para que a Igreja agisse de forma ativa na formação de movimentos sociais significativos durante todo o século XX. No entanto, até a primeira metade do século, mesmo buscando solucionar alguns dos problemas sociais vividos no Brasil, a Igreja ainda os relacionava às mazelas brasileiras, aos problemas de cunho moral, ignorando as causas estruturais.

Com o declínio do modelo da neocristandade, configurado na perda efetiva da influência da Igreja no Estado e na incerteza da continuidade dessa aliança informal, a Igreja começa a voltar-se para as classes mais populares de forma mais efetiva. Por um lado, a neocristandade reestruturou e modernizou o aparato institucional eclesiástico, por outro, sua

²² Idem, 244

²³ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.p.47

ênfase em manter alianças com as novas elites urbanas e com o poder político continuou mantendo afastada a grande maioria da população de uma efetiva participação na construção desse projeto católico de sociedade. Assim, a associação, mesmo que informal, entre poder religioso e secular começa a dar espaço para uma nova ruptura. Setores mais progressistas da Igreja começam a questionar e organizar movimentos com ênfase na solução dos principais problemas sociais brasileiros, não mais como forma de manter a influência católica na nação. Mainwaring aponta três facções dentro da Igreja, no período posterior a 1955, referentes à questão da mudança social: os defensores da neocristandade (chamados de conservadores) que continuavam defendendo o combate à secularização e o fortalecimento da presença da instituição na sociedade; os modernizadores conservadores que viam a necessidade da Igreja ter uma maior abertura para o mundo; e por fim, o núcleo reformista, que se preocupavam mais com a mudança social, como um fim em si²⁴. Esse processo de acomodação, entre a Igreja e o Estado no período republicano até a primeira metade do século XX, consolidaria a necessidade a Igreja rever sua identidade e papel no mundo. Nesse sentido, setores eclesiásticos mais ligados às questões sociais começam a construir ações e reformular certas concepções teológicas que viriam a formular as bases do Concílio do Vaticano II, no qual a Igreja passaria a ter uma responsabilidade maior na intervenção das realidades reconhecidas como injustas socialmente. Esse tema será recuperado e melhor trabalhado no capítulo três desta monografia.

Portanto, no período republicano a Igreja inicia um tempo de descolamento institucional com o Estado, reestruturando sua organização, passando a reivindicar uma influência maior junto ao poder secular, através de alianças informais na neocristandade. E, somente após a impossibilidade de sustentação desse projeto, pressões internas e externas, levaram a Igreja a uma ação mais efetiva na organização de movimentos sociais. Isso acaba demonstrando como essa instituição é capaz de se adequar às conjunturas externas a ela, mantendo-se forte e presente, mesmo quando se frustram alguns de seus objetivos. Pode parecer que, quando se constrói uma linha de argumentação como esta, haja uma intencionalidade maior, como uma *razão institucional da Igreja*, porém não é essa a intenção. O objetivo é apenas demonstrar como, tanto a Igreja como o Estado, buscam adaptar-se, moldando os seus contornos aos novos tipos de sociedade que se apresentam no processo

²⁴ Idem, Ibidem. pp56-57

histórico. Dessa forma, o sentido do discurso histórico não deve ultrapassar o próprio discurso e transformar-se em realidade.

1.3. UMA RELAÇÃO EM DEBATE

A historiografia, pelo menos até a década de 1980, tendia em ver o Brasil como uma espécie de esponja que absorvia as ideias produzidas na Europa e na América do Norte. No caso específico da Igreja no Império, análises como de João Alfredo Montenegro parecem dicotomizar o que ele entende como ideologia e conjuntura histórico-social. Para o autor, a tensão entre o condicionamento histórico-social e a linha ideologia, resultou em uma espécie de hibridismo entre o “mundo feudal” e o mundo moderno, pois o conceito de moderno e feudal está pautado em modelos europeus.

São dois movimentos antípodas originários do mesmo centro. Um querendo prolongar o medievalismo de fundo teocrático. Outro enclausurando-se na alienação. Indiferente e até contrário a transformações econômico-sociais.[...]

Deste modo, cria-se um tenso confronto ideológico entre duas concepções de mundo: a da Igreja desligada, e a do Estado a ingressar em nova fase de modernização. Caminham as duas entidades como retas paralelas, sem nunca se encontrarem. Aquela julgando os acontecimentos chaves, as mudanças estruturais sob o ângulo de uma teologia e de documentos pontifícios deslocados no tempo, aquém das conquistas meterias. Já o Estado empreende tarefa de magnitude, esforçando-se por dar a ultima demão no seu aparelho institucional, autonomizando-o naqueles países de cristalizadas tradições católicas, onde persistia o desfalque da soberania do monarca em razão da concorrência da Igreja.²⁵

Apesar da distinção teórica entre ideologia e estrutura, Montenegro chama a atenção para uma questão fundamental: a sociedade luso-brasileira é cristã. Uma conclusão inegavelmente lógica, porém, o problema é: que tipo de sociedade cristã é essa, capaz de produzir esse tipo de configuração, na qual o poder religioso continua atrelado ao secular? E qual a amplitude dessa mentalidade nas relações sociais e no embasamento ideológico dos posicionamentos? Aqui, é possível avaliar a relação institucional da Igreja com o Estado, fundamentado não apenas em um jogo de interesses em acordo, mas como uma expressão da

²⁵ MONTENEGRO, João Alfredo. *A Evolução do Catolicismo no Brasil*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1972. p.45

sociedade de mentalidade cristã. Ou seja, a continuação do regalismo português no Império brasileiro foi fruto da força da mentalidade cristã católica na sociedade. Por isso, as ideologias européias não teriam sido deturpadas ou desconfiguradas, como coloca Montenegro, mas elas teriam sido instrumentalizadas de acordo com os interesses em questão na sociedade luso-brasileira. A questão é entender os mecanismos de absorção das ideologias dentro do recorte geográfico e temporal, considerando sempre a base cristã como uma espécie de filtro ideológico que não faz uma distinção relevante entre sagrado e profano, buscando equacionar o binômio Igreja-Estado, sem hierarquizá-los em graus de dependência e/ou importância, mas pensar como as instituições unificadas (com suas tensões e acordos) podem refletir, em certo grau, a sociedade brasileira em formação (tanto no Império como na República), moldando os contornos dessa nacionalidade, onde o sagrado e o profano não são necessariamente conceitos opostos entre si. Mesmo que durante a República, não haja mais ligação institucional entre Igreja e Estado, existia na sociedade brasileira uma consideração muito grande com relação à força e influência da religião Católica na formação de nacionalidade brasileira. Por isso, é de suma importância para este trabalho compreender, ou pelo menos refletir, sobre essa característica, para de fato poder considerar como em meados do Regime Ditatorial no Brasil houve uma tentativa de diálogo entre o governo militar e a Igreja, no que ficou conhecido como *Comissão Bipartite*²⁶. (Esse tema será aprofundado no capítulo três).

A questão que se coloca é sobre a possibilidade de compreender a Igreja não a partir de sua atuação política frente ao Estado, como sugerido no livro: *A História da Igreja no Brasil – segunda época século XIX*:

Não obstante o grande número de eclesiásticos revolucionários, bispos e padres, eram representantes de uma religião de Estado, consciente de seu papel de funcionários constituindo a segunda esfera administrativa do governo, ligada aos interesses dos grandes proprietários[...]

A consciência dos bispos não é adequada para dar-nos uma ideia da Igreja brasileira; eram funcionários de uma religião de Estado agressivamente única, vindos de fora quase todos, sem identificação com o povo que deviam reger e ensinar. Por parte das autoridades civis era tão abrangente o conceito padroado que nem se pode falar de Igreja como instituição distinta

²⁶ Uma instância de diálogo entre militares e a Igreja. Um diálogo secreto e formal, mantido de forma informal. Suas reuniões se estenderam de 1970-74. SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra*. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2001.p.413

*do poder absoluto do Estado, que absorvia a religião como uma de suas instituições fundamentais.*²⁷

Mas em a partir dela mesma. A questão não é tão simples como parece. A dicotomia entre o poder secular e o poder espiritual, naturalizada hoje, seria aberração, ou heresia, em determinados círculos do início do dezenove no Brasil. Mesmo que possa haver aparente imposição do Estado sobre a Igreja na versão do regalismo pombalino, isso não significa, simplesmente, uma luta direta dessas esferas de poder. Antes, pode ser fruto da mentalidade cristã, de união entre poder temporal e espiritual, resignificada para atender às necessidades da época em questão.

A Igreja, desde a colonização assumiu um papel mais forte na esfera civil. Não caberia aqui levantar as características da sociedade corporativa, mas somente chamar a atenção para a “ação civil” da Igreja. Isso incluía, desde a educação – lê-se catecismo, cristianização – até registros civis de nascimentos, mortes, casamentos e testamentos, passando pelo atendimento das necessidades assistencialistas dos mais pobres e também, na realização dos sacramentos e rituais religiosos. É possível perceber, a integração entre os sacramentos – religião – e ação civil da igreja – os registros. Ao tempo que o pároco realizava o batismo, ele estava registrando o nascimento de mais um cristão e súdito da Coroa, assim também nos casamentos e na extrema unção. Isso mostra que a Igreja foi, e continuaria sendo, o elo entre o Aparelho Estatal e os súditos (os fieis) – posteriormente os cidadãos. Portanto, é na ação “civil-religiosa” da Igreja que se verifica a base da inter-relação entre a esfera mundana e espiritual, de forma exemplar e emblemática. A Igreja foi também “instrumentalizada”, de forma mais sistemática e institucional, como centro dos registros eleitorais e das eleições. E com a estabilidade do Império, construída no Segundo Reinado, o Estado começaria a se organizar na esfera civil, tirando aos poucos da Igreja o papel de “agência civil da Coroa”. Porém, é possível relativizar e questionar a instrumentalização da Igreja pela Coroa, pois pode parecer que a Igreja foi simplesmente manipulada como marionete nas mãos do Império. O que se propõe é um repensar do papel da Igreja em relação ao Estado e à sociedade.

²⁷ HAUCK, João Fagundes; FRAGOSO, Hugo; et.al. *A História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo Segunda Época – Século XIX*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 1980. pp 14-15.

Além das instrumentalizações da Igreja pelo Estado, Montenegro chama a atenção para a legitimação espiritual da Coroa. A religião teria ajudado a fundamentar a mentalidade de obediência ao Estado ao construir uma representação mitificada dele, associando a obediência a ele a um compromisso religiosos. Claro que o Estado não precisaria de recorrer a religião para isso. No entanto, a religião, em muitos casos, tem assumido esse papel de “instrumento ideológico”. Além disso, ele considera a religião como mecanismo para moralizar a sociedade, para consolidar a ordem, com uma consciência religiosa mais materialista. Mais uma vez é possível ver a dicotomia entre o mundo religioso e o secular nessas abordagens, porém essas duas esferas estão indissociáveis. Assim, ele afirma:

*De outro ângulo, a ausência de consciência religiosa distanciada das superstições e do ritualismo, do devocionismo, do apego quase exclusivo à parte externa ou social do catolicismo, concorre para a atonia da religião, para a sua quase nula disposição dinâmica dentro dos quadros sócio-culturais. O que Pré-condiciona o domínio do materialismo e o assinalamento da religião como força despojada de atributos sobrenaturais, e compondo funcionalmente uma moral adestrada no regularizar os costumes e no consolidar a ordem.*²⁸

O projeto moderno de sociedade, no que se refere à relação entre Igreja e Estado, tende a considerar essa relação insustentável. Desde Maquiavel, passando pelo jusnaturalismo, o liberalismo político e a democracia representativa ocidental, a religião tem perdido seu espaço na esfera institucional, devido à busca por construir um Estado laico. Além disso, a sociedade tem se tornado cada vez mais secularizada, deixando de considerar os valores religiosos como norteadores da vida. Na verdade, isso precisa ser verificado de fato. Não no sentido de negar a realidade desse processo, mas buscando entender como a religião – e no caso específico a Igreja Católica – tem se adaptado a essa realidade. Nesse sentido, o novo modelo de poder constituído a partir da fundação dos Estados nacionais delegou à religião um status apenas funcionalista, como propunha Maquiavel²⁹, por outro lado, a

²⁸ MONTENEGRO, João Alfredo. *A Evolução do Catolicismo no Brasil*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1972. p.54

²⁹ Na análise do fenômeno religioso, podemos constatar a utilização deste "método": a religião é examinada a partir de seus efeitos práticos, ou seja, pela capacidade de despertar tanto o medo quanto o amor dos cidadãos a favor do *vivere civile*. Em outras palavras, "seguir a verdade efetiva da coisa" implica em privilegiar a "causa eficiente". Tratando-se da religião, consiste num determinado procedimento metodológico que analisa esse fenômeno por sua capacidade de cumprir a tarefa cívica de mobilizar os homens a favor do fortalecimento do Estado. AMES, José Luiz. *Religião e política no pensamento de Maquiavel*. Kriterion vol.47 no.113 Belo Horizonte Junho 2006

realidade dos países Ibéricos demonstra a adaptação desse modelo, em função da coexistência dessas duas esferas de poder. Quando se pensa o caso brasileiro, essa coexistência parece ainda mais complexa, pois a importação do regalismo português à realidade deve ser considerada em função das especificidades locais. Sendo assim, o distanciamento de Roma e dos centros de formação, aliado aos interesses locais, ainda pouco analisados, levantam muitas questões a respeito da construção de um Estado Moderno laico no contexto brasileiro. Pode parecer um simples atraso na agenda ocidental, consertado com a Proclamação da República, ou envolveria questões ainda a serem tratadas na compreensão entre o poder secular e o religioso? O que não teria sido “resolvido” com a República. Ou seja, parece que esse tema está longe de ser equacionado, mesmo com a existência de um Estado laico. Nesse sentido, para analisar a Relação entre Igreja e Estado no período da Ditadura no Brasil, é preciso compreender as raízes dessa relação, sem dicotomizar as instituições e, ao mesmo tempo, sem supervalorizar uma ou outra.

A proposta, ao pensar Igreja e Estado como instituições que refletem as realidades sociais, seria vê-las como reflexo dessa mesma sociedade, com suas tensões e aproximações, onde os interesses de grupos, dentro da Igreja, ou do Estado, influenciam suas dinâmicas internas e são influenciados pelas conjunturas externas. Dessa forma, a historiografia tem considerado as mudanças ocorridas na Europa e no mundo Ocidental, no final do Século XIX, como de substancial importância para perceber o início das mudanças da Igreja, no que se refere às questões sociais. Nesse período, diante da questão operária, a Igreja coloca-se pela primeira vez de forma institucional na tentativa de por termo ao conflito de classes, ou pelo menos suavizar essa tensão. Nasceria assim, a doutrina social da Igreja, ou o catolicismo social. Com a publicação da Carta Encíclica *Rerum Novarum* de 15 de maio de 1891, o Papa Leão XIII posiciona a Igreja contra o *conflito de Classe* e ao *marxismo*, como alternativa para solucionar a questão. No entanto, também condena os abusos do Capitalismo.

...e a Igreja, efectivamente, que haure no Evangelho doutrinas capazes de pôr termo ao conflito ou ao menos de o suavizar, expurgando-o de tudo o que ele tenha de severo e áspero; “...a Igreja, que se não contenta em esclarecer o espírito de seus ensinamentos, mas também se esforça em regular, de harmonia com eles a vida e os costumes de cada um; a Igreja, que, por uma multidão de instituições eminentemente benéficas, tende a melhorar a sorte das classes pobres; a Igreja, que quer e deseja ardentemente que todas as classes empreguem em comum as suas luzes e as suas forças para dar à questão operária a melhor solução possível; a Igreja, enfim, que julga que as leis e a autoridade pública devem levar a esta solução, sem dúvida com

*medida e com prudência, a sua parte do consenso.*³⁰

Nessa tentativa por encontrar o momento em que a dimensão dos conflitos sociais passariam a ser tema da ação da Igreja, de forma institucional, é possível verificar a influência do liberalismo e do marxismo na formação do *catolicismo social*. Porém, não como ideologias determinantes no pensamento católico, mas como formas de enxergar os conflitos em questão. Ou seja, a Igreja, com base nesse documento, não se coloca claramente de um lado ou de outro, ela apenas identifica um conflito de modelos de sociedade e, de certa forma, propõe uma terceira alternativa. Essa proposta, conceituada como catolicismo social é de suma importância para a compreensão das ações católicas que ocorreram no Brasil após a década de vinte.

*O catolicismo social é fruto dos confrontos da Igreja com o liberalismo do século XIX e instrumento teológico da sua inserção no mundo do trabalho fabril. A Rerum Novarum foi o primeiro 'alerta profético da Igreja quanto à deterioração das condições de vida dos trabalhadores submetidos às relações de trabalho capitalistas. (...)No Brasil, este alerta papal só se traduziu em ações da alta hierarquia da Igreja a partir da década de 20...*³¹

Nesse sentido, os anos que seguiram desde a *encíclica Rerum Novarum até (1891) até o Concílio do Vaticano II (1961-65)*, a Igreja produz uma série de normatizações que visavam colocá-la como um agente participativo na sociedade. Considerando as tensões internas da própria Igreja, é preciso perceber nessa documentação uma série de medidas norteadoras da ação eclesial, em meio às mudanças que o mundo vinha sofrendo, onde a questão social passa a ser um tema chave, tanto no pensamento da Igreja como instituição, como na sua atuação e missão no mundo. Tendo a encíclica de 1891 como referência, faz-se necessário citar também: a *encíclica Quadragesimo anno* (1931), publicada por PioXI, em 1931, quando se comemorou os 40 anos da *Rerum Navarum*, buscando reafirmar os princípios defendidos e acrescentando a importância da valorização da sociedade civil, da família, dos grupos, das associações, dos espaços locais e da necessidade das sociedades superiores ajudarem as menores, sendo o Estado e a Igreja sujeitos parceiros na elaboração dessa

³⁰ CARTA ENCÍCLICA «RERUM NOVARUM» DO PAPA LEÃO XIII SOBRE A CONDIÇÃO DOS OPERÁRIOS: Dada em Roma, junto de S. Pedro, a 15 de Maio de 1891, no décimo quarto ano do Nosso Pontificado.

³¹ SOUSA, Jessie Jane Vieira de, *Os Círculos Operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil : uma discussão historiográfica*. Vitória: Revista do Departamento de História da UFES,1998 p.04

sociedade. No decorrer da década de 1960, a Igreja publicou os principais documentos orientadores da maneira como, agora não somente os cristãos católicos, mas os homens de boa vontade, deveriam se empenhar em construir uma sociedade na qual as relações entre os homens se estabelecessem através da verdade, da justiça, do amor e da liberdade. Pode parecer uma generalização utópica, mas isso também é parte do pensamento religioso e precisa ser considerado. No entanto, essa documentação aponta algumas causas para as mazelas da sociedade ocidental, não mais focando nas questões morais ou “espirituais”, agora analisando de forma séria e sistemática as bases da estrutura da sociedade Ocidental. Isso fica bem claro na *Constituição Gaudium et Spes (1965), do Concílio Vaticano II*, onde foi abordado temas da vida econômica e social, colocando o *desenvolvimento como novo nome para paz*.³²

Essa nova perspectiva da Igreja, passa a ter o interesse da Academia. No entanto, o foco do agir eclesial nos problemas estruturais, como a exploração dos menos favorecidos e do subdesenvolvimento, não deixa de considerar a esfera “espiritual” ou religiosa, mas incorpora a necessidade da Igreja de não apenas se contentar em “salvar a alma”, agora isso também envolve a construção de uma sociedade mais justa, onde os católicos devem participar dessa construção apresentando seu projeto de sociedade. Ou seja, não é possível descolar a esfera religiosa da profana, pelo menos no que se refere à construção desse novo entendimento do que é a Igreja e sua missão.

Durante esse período, o Brasil passou por uma conjuntura política que redefiniria o tipo de relação entre Igreja e Estado. Com a implementação do Regime Militar, a partir de 1964 a Igreja, de forma institucional, apoiou a intervenção no primeiro momento, porém, principalmente a partir de 1968, com as violações dos direitos humanos e a adoção de uma política econômica que contrariava os princípios mais importantes da doutrina social da Igreja, essa aliança sofreu abalos.³³ Para amenizar essa tensão, foi estabelecido nos quatros

³² WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *Notas sobre a Doutrina Social da Igreja Católica DSI, e o Vaticano II, na perspectiva sócio-política*

³³ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. p.102

primeiros anos da década de 1970 uma comissão denominada *Bipartite*³⁴. Serbin define essa comissão como uma possibilidade de um diálogo nas sombras, ou seja, em segredo, na qual o Estado buscava não perder de todo o contado com a Igreja, tendo em vista sua posição estratégica na consolidação da nacionalidade brasileira. Dessa forma:

*O Regime tinha por objetivo controlar o clero por meio dos bispos, mas sem perder o domínio sobre toda sociedade brasileira. Portanto, embora esperasse melhorar as relações entre Igreja e Estado, o governo Médici não queria nenhum acordo formal ou vínculos com o grupo religioso ou com a CNBB*³⁵

Por outro lado, a Igreja pensada no nível nacional, buscando construir uma uniformidade nacional, tinha por objetivo cada vez mais utilizar a comissão como forma de protesto e meio para alcançar avanços no que se refere aos direitos humanos.³⁶ Portanto, o que fica evidente nesse esforço de diálogo é o fato de que o Estado, em certa medida, reconhecia a importância da Igreja, mesmo porque com o acirramento da repressão, ela passa a ser a única instituição constituída nacionalmente que agia como resistência ao Regime. Outro fato, diz respeito às questões internas da Igreja. Independentemente do tipo de regime vivido no Brasil, setores eclesiais tinham o objetivo da construção de um projeto católico de sociedade a partir dos menos favorecidos, buscavam uma Igreja do povo, onde o cristianismo vivido na prática construiria uma sociedade mais justa. Esse tipo de proposta foi experimentada em várias dioceses brasileiras e, de forma mais emblemática em Nova Iguaçu no bispado de Dom Adriano Hipólito. Classificadas como dioceses progressistas, por buscarem implementar de forma consistente as diretrizes do Concílio do Vaticano II e as conclusões do CELAM de Medellín (1968). Uma questão fica evidente e deve ser melhor compreendida: os projetos implementados, em um primeiro olhar, têm uma escala regionalista, mesmo que faça críticas às políticas nacionais, principalmente relacionadas ao desenvolvimento proposto pelo Regime Militar. Nesse sentido, muito mais do que uma mudança no papel político da Igreja no período da abertura política, como propõe

³⁴ “A *Bipartite* foi um desdobramento singular na história brasileira. Por quase quatro anos, representantes das duas mais importantes instituições do país encontraram-se sistematicamente.” SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra*. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2001.p.237

³⁵ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra*. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2001.p.211

³⁶ Idem, *Ibidem*. p.217

Mainwaring³⁷, a Diocese de Nova Iguaçu evidencia um projeto de sociedade católica a partir das bases.

Nesse contexto as leituras e análises historiográficas são fortemente influenciadas pela ação eclesial no contexto sociopolítico e pelas reformulações do Concílio do Vaticano II, podendo perceber dois grandes grupos historiográficos sobre a relação Igreja-Estado. O primeiro, pode ser classificado como historiografia confessional com ênfase teológica, caracterizada pelos seguintes princípios teóricos: a superação de uma dimensão “romana”; a escrita de uma história da Igreja a partir de uma perspectiva que considera os pobres”; a superação da dimensão institucional da Igreja; a visão ecumênica; e a insistência na utilização de um aparato conceitual de matriz teológica. Essa perspectiva tem como grupo principal a da Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina (CEHILA), que propõe uma “renovação” da história da Igreja Católica da América Latina, visando constituir uma história da Igreja no Brasil a partir da perspectiva do povo. Estabelecendo suas bases na colaboração entre especialistas da área, historiadores e sociólogos, antropólogos, teólogos, filósofos, mas sempre com certa ênfase pelo constante exercício de adoção de uma reflexão derivada de um aprofundamento teológico. O segundo grupo historiográfico pode ser chamado de historiografia de ênfase institucional “estruturalista”, como um olhar de fora do meio confessional. Isso porque, no começo da década de 70, alguns estudiosos denominados “brasilianistas”, provenientes do mundo acadêmico norte americano e europeu, começaram a realizar pesquisas que abordavam as relações da Igreja Católica com o Estado e a política no Brasil. Entre estes estudos podemos lembrar Ralph Della Cava. *Igreja e Estado no Brasil do século XX*, contendo sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro, 1916 – 1964; Scott Mainwaring. e Kenneth Serbin. Podemos perceber que o tema privilegiado por esses seus trabalhos, mesmo sob diferentes perspectivas metodológicas, se inserem dentro de uma mesma dimensão de história política, na qual determinadas reconstruções históricas oferecem um tipo de discurso que procura garantir um sentido específico, voltado para recuperação da ação da Igreja Católica na transformação da sociedade brasileira no intuito de dar sustentação

³⁷ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. p.102 p.208

a um discurso em favor do fortalecimento de uma identidade católica diante da crise de “civilização paroquial” do catolicismo brasileiro³⁸.

Portanto, a partir dos anos 1970, a Igreja passa a ser foco de análise, devido à sua intervenção no tecido social, porém, ao considerar essa intervenção em relação ao discurso religioso (doutrinas, dogmas) o lado confessional não pode ser desconsiderado, nem superestimado. Por outro lado, a historiografia eclesiástica, tende a considerar apenas a Igreja como uma personagem da trama histórica. No entanto, para uma compreensão mais clara dessa relação, os valores modernos (de secularização e laicismo) não devem ser considerados como pressupostos em si mesmos, mas também como construção histórica. Levando à conclusão que o modo de vida ocidental, apesar de trilhar esse caminho, não inibiu a esfera religiosa e seu discurso de penetrar no âmbito político-social passando a ser de maior interesse para a Academia. Sendo assim, é preciso analisar o discurso religioso considerando o profano e o sagrado como parte integrante desse novo pensar da Igreja. Como afirma:

“...parecemos estar longe do horizonte que se associava ao modelo consolidado na modernidade, o horizonte do "fim da religião". Se muito se pode discutir acerca do estatuto e do significado do "religioso" atual, é difícil negar que a atualidade está repleta de "religião".³⁹

Nesse sentido, entender o papel da Igreja, ou da religião, na construção da sociedade brasileira no período da Ditadura Militar, está muito além de vê-la como uma instituição monolítica, ou que sofria influências da esquerda revolucionária. Faz-se necessário entender o pensamento cristão pós Vaticano II e como esse ideário influenciaria as ações de Dom Adriano Hipólito na diocese de Nova Iguaçu.

³⁸ BONATO, Massimo. *Transformações do catolicismo brasileiro pós-Concílio Vaticano II: uma análise da ação pastoral do padre Alberto Antoniazzi*. Dissertação de Mestrado - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2009

³⁹ GIUMBELLI, Emerson. *Religião, Estado, modernidade: notas a propósito de fatos provisórios*. Estud. av. v.18 n.52 São Paulo set./dez. 2004

CAPÍTULO 2 – A BAIXADA FLUMINENSE, A IGREJA E A DITADURA MILITAR

2.1 A BAIXADA FLUMINENSE E A DIOCESE DE NOVA IGUAÇU

O que é Baixada Fluminense? É necessário conceituar esse termo que carrega nele todo um contexto histórico, social e cultural, para entender a realidade e o imaginário construído sobre essa região e seus habitantes. A partir dessa conceituação buscar-se-á um breve histórico sobre a diocese e o Bispo Dom Adriano Hipólito no período da ditadura militar. Além de um breve relato das condições sociais da baixada fluminense nesse período. Para assim, identificar a Igreja como um agente importante no contexto das bases da sociedade de Nova Iguaçu.

O conceito Baixada Fluminense foi sendo construído historicamente. Essa região, geograficamente localizada na banda oeste da Baía de Guanabara, formada pelos municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Queimados e Japeri, compreende uma sub-região da Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. Essa definição foi consolidada pela FUNDREM (Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro) em 1975. No entanto, seu discurso construído envolve um processo histórico relacionado aos embates ocorridos das leituras feitas dessa região. No artigo: “De Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense” Lucia Helena Pereira da Silva faz uma distinção entre essas duas nomenclaturas dadas a esta mesma região. De acordo com essa autora: “*Recôncavo está associado ao fato geográfico/social cujo eixo é a própria baía, enquanto a Baixada Fluminense ao olhar político ligado aos usos sociais da região.*”⁴⁰; percebe-se que os usos sociais da região estiveram (e estão) associados a um lugar que existe em função da capital (a cidade do Rio de Janeiro), tanto como Grande Iguassu, ou como parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Dessa forma:

O termo Baixada, nome que mais tarde viraria um conceito, na medida em que serviria para dar inteligibilidade a uma realidade, emergiu associado às Comissões de Saneamento e esteve intimamente ligado à expansão das linhas férreas na região. Esse termo foi difundido por aqueles que não eram do lugar para designar um determinado local com imagens negativas, mas foi apropriado pela população migrante, não como conceito único, mas

⁴⁰ SILVA, Lúcia Helena Pereira da. De Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense: Leitura de um Território pela História. *Revista de História da UNIABEU*. Belford Roxo, RJ. V. 3, n. 5, p.47-63, jul/dez.2013. p.52.

enquanto um campo de muitas possibilidades de sentidos. Hoje, assim como antes, não se pode falar em Baixada no singular, em função de suas múltiplas dinâmicas, e dependendo do problema eleito pode-se espacializá-la de inúmeras formas, inclusive em uma cartografia com base nos territórios afetivos, ou seja, pode-se pensar em uma Baixada Afetiva”⁴¹

Portanto, para o uso desta monografia utilizaremos o conceito de Baixada associado a um olhar de fora. Nesta perspectiva, com a apropriação dos imigrantes a identificação foi sendo aceita e relacionada às imagens negativas, da falta de infraestrutura, da pobreza e da violência. Sendo nesse contexto que ocorre o desenvolvimento da proposta de uma Igreja como agente da justiça social, na Diocese de Nova Iguaçu. Esse lugar identificado (e que identifica) por suas mazelas e marginalidade, se constitui um exemplo emblemático para a aplicação e construção de uma nova teologia sobre a Igreja e o mundo (sociedade e Estado) na perspectiva do Concílio do Vaticano II. Assim, a formação histórica da Baixada Fluminense como lugar de identidade é algo que ainda necessita de muitas análises e estudos. Pois, não basta a constituição de um lugar visto e desenvolvido em função de outro (da Cidade do Rio de Janeiro), faz-se necessário uma definição própria do que é a Baixada Fluminense, em função dela mesma. Mas, isso ainda é uma construção.

Uma das marcas definidoras do que seria a Baixada é construída em função do conceito de violência. José Claudio Souza Alves, em seu livro “Dos Barões ao Extermínio” – Uma História da Violência na Baixada Fluminense” identifica na violência um padrão na consolidação de grupos políticos que controlam o poder local na esfera do Estado. Percebendo, nos aspectos históricos antigos, no processo de transição de uma região agrária decadente para grandes aglomerações populacionais (a partir dos anos 1950) e na atuação política calcada em grupos de extermínio após 1964, uma marca para compreensão do processo histórico que fez essa região ser identificada como um lugar de violência e de marginalidade (no sentido de estar a margem)⁴².

Esse padrão de segregação, identificado por Souza Alves, revela mais do que a um padrão de violência, evidencia a falta de um projeto para essa região como lugar para se viver.

⁴¹ Idem,p.58

⁴²ALVES, José Claudio Souza. *Dos Barões ao Extermínio*” – *Uma História da Violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003. p.28

Visto apenas como um lugar de passagem, desde a abertura dos novos caminhos⁴³ para as regiões de minas no início do século XVIII, até a utilização dos Rios como rotas de escoamento da produção agrícola que alimentava a sede da Colônia, no século XIX, e o transporte do café para exportação, até chegar ao século XX, com o fim melancólico da citricultura, a região sempre desenvolveu-se em função da logística do transporte de produtos e pessoas, até a consolidação como cidade dormitório⁴⁴. Dessa forma, a região foi sendo moldada pelas decisões políticas dos caminhos abertos para o trânsito de pessoas e mercadorias, podendo se afirmar que a Baixada desenvolveu-se literalmente à beira do caminho. A questão que necessita de uma maior reflexão é: como essa população se auto-define? Pois, no contexto da Ditadura Militar e da abertura política se verifica uma reconstrução dessa identidade, nesse sentido o papel da Igreja e da figura do Bispo Dom Adriano são fundamentais para a compreensão dessa nova maneira de enxergar a Baixada. Considerando toda essa marca de marginalidade, porém agora com a inclusão dessa população como agente histórico a ser considerada.

Durante o século XX, dois processos podem ser destacados como fundamentais para a mudança da região, hoje conhecida como Baixada Fluminense. O primeiro é a expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro a partir das reformas de Pereira Passos, onde o trem passa a ser utilizado como vetor de dilatação metropolitana⁴⁵. E o segundo, seria a própria “urbanização”, ou explosão demográfica vivida na Baixada a partir da década de 1940. Esses dois movimentos, aliados ao Regime de Militar que interrompeu a *esquerdização do voto da população da Baixada*⁴⁶, formaram uma região onde o modelo de dominação política foi calcado na violência, legitimada socialmente, para a perpetuação de grupos no poder local e na manutenção das suas relações com as demais esferas de poder⁴⁷.

⁴³ “O Caminho Novo, assim denominado para diferenciar-se da antiga rota, iniciava-se na cidade do Rio de Janeiro, onde por terra caminhava-se até o Porto de Irajá e deste por via fluvial, chegando a Iguazu e depois ao Porto do Pilar. Deste Porto, a estrada seguia pela Baixada Fluminense até subir a Serra do Tingá...” NOVAIS, Adriano. *Os Caminhos Antigos no Território Fluminense*. p.61

⁴⁴ Cidade Dormitório é entendida como lugar onde habitam trabalhadores que exercem suas atividades em cidades centrais. Servindo de lugar de concentração para mercado de reserva de mão de obra.

⁴⁵ ALVES, José Claudio Souza. *Dos Barões ao Extermínio* – Uma História da Violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003. p.53

⁴⁶ Ibem, p.92

⁴⁷ Ibem, p.125

Outro fator importante analisado por Souza Alves é o que ele chama de fusão entre coronelismo e populismo⁴⁸. Na prática – sem uma discussão mais profunda e conceitual desses termos dada a complexidade dos mesmos – ele está falando de uma mudança na política local ocorrida após a Revolução de 30, quando os coronéis começam a perder espaço para novas lideranças políticas, cuja as bases ainda não estavam definidas. Destacando-se Tenório Cavalcanti e Getúlio de Moura que, mesmo não sendo das elites políticas tradicionais, ganham espaço devido a sua ação popular, passando a ter apoio de grande parte da população, sendo eleitos em diversos pleitos como deputados, pois suas trajetórias políticas passam a ser em função da criação de uma rede de clientelismo, do uso da força, da violência e de ações ilegais que produziam votos. O resultado disso foi a formação de uma política, ou de um grupo político, que se consolidaria às margens das grandes estruturas políticas existentes, e na qual grande parte da população estava alienada (sem uma organização própria), sendo instrumentalizadas para alcançar os interesses dos grupos que detinham o poder local.

Chegando à década de 1960, a Baixada sofre com a urbanização baseada em loteamentos, em sua maioria clandestinos, caracterizados pela total falta de serviços públicos e ausência do Estado. Nesse contexto, os grupos locais crescem garantindo o seu poder, principalmente pelo clientelismo e uso da violência. Com o Golpe Militar, esses grupos ganham uma nova função com a reestruturação política feita pela Ditadura no poder local da Baixada que buscava enfraquecer e diminuir as formas de oposição existentes. Institucionalmente, houve cassações, intervenções nos municípios e estratégias para que o partido governista assumisse as prefeituras⁴⁹. Fora da esfera institucional a Ditadura legitimou o uso da violência não investigando, ou nem mesmo considerando as execuções ocorridas na Região.

O Golpe Militar de 1964...legitimará um período no qual o uso da violência por parte das camadas dominantes na região será cada vez mais intenso na defesa dos seus interesses.(...)Se a privatização dos serviços da PM não podiam ser obtidos de forma legal, restaria a recorrente possibilidade da ação e dos procedimentos ilegais, agora a serviço da formação de grupos

⁴⁸ Ibem,p.87

⁴⁹ ALVES, José Claudio Souza. *Dos Barões ao Extermínio* – Uma História da Violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003. p.101

*paramilitares que auxiliassem os setores na classificação de quem era o consumidor e quem era o saqueador, o marginal ou o ladrão.*⁵⁰

No município de Nova Iguaçu, a falta de continuidade na administração municipal, no período inicial do Regime Militar, demonstra tanto a falta de um projeto específico para a região, como um esforço por manter os grupos de oposição sob controle. Souza Alves, chama a atenção para o fato de que em um período de seis anos (1963 a 1969) o município passou pelas mãos de oito chefes do Executivo, sendo dois interventores, dois presidente da Câmara, dois prefeitos eleitos e dois vices. O período mais movimentado foi a partir de 1966 quando o prefeito e seu vice, ambos renunciaram por motivos pessoais, assumindo o presidente da Câmara José Lima que após 41 dias foi nomeado um interventor, Joaquim de Freitas, permanecendo no cargo até 1967 quando ocorreram novas eleições vencidas por Ari Schiavo (MDB). Seis meses depois de empoçado, a Câmara afasta o prefeito, baseada no recente Decreto-Lei 201 do Presidente Castelo Branco, que permitia a cassação sumária de prefeitos pelas Câmaras a partir de denúncias do mal uso do dinheiro público. Diante de mais uma série de confusões, o vive-prefeito, Antônio Joaquim Machado, passou a ser acusado de corrupção e, para manter-se no cargo, filia-se à ARENA (governista), submetendo-se à influência dos militares com a exoneração de todo seu gabinete e a nomeação do professor Rui Queirós, responsável pela composição do novo gabinete, todos os vereadores se tornaram oposição ao prefeito, conseguindo mais uma cassação (ocorrida em 17/10/1968), assumindo o cargo o presidente da Câmara Nagi Amalwi. Diante da desmoralização de ter um prefeito governista deposto Jorge de Lima, Darcílio Ayres e o próprio presidente do partido governista (ARENA), José Haddad, apelam ao Secretário do Interior e Justiça, Paulo Pfeill, pela intervenção. Pfeill mostra-se contrário às fórmulas democráticas, considerando-as perigosas. Pois para ele, era melhor um prefeito corrupto, porém aliado, do que um adversário no poder às portas de uma eleição. A solução encontrada para esse impasse foi a nomeação de Rui Queirós como interventor no município em fevereiro de 1969, permanecendo no cargo até 1972, ano em que o Bispo Dom Adriano expõe duras críticas ao tipo de política praticada em Nova Iguaçu⁵¹.

⁵⁰Ibem.p.98

⁵¹ ALVES, José Claudio Souza. *Dos Barões ao Extermínio* – Uma História da Violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003. p.102

Portanto é nesse contexto de descontinuidade administrativa, casuísmo das leis⁵², associado a uma alienação política de grande parte da população no qual surge a ação inovadora da Diocese de Nova Iguaçu, através da figura de seu Bispo Dom Adriano Hypólito, buscado através de várias estratégias a conscientização dos católicos para a construção de meios possíveis na promoção de melhorias nas condições dos moradores da Baixada Fluminense. Uma dessas estratégias foi justamente a divulgação dessas ideias e orientações através de uma coluna de perguntas e respostas contidas no Semanário A Folha. Nesse ano de 1972, quando se encerraria o período de quadro anos de uma administração intervencionista no município e da possibilidade da escolha de um novo prefeito, o semanário surge alargando o discurso religioso às questões sociais e políticas e um dos temas é o próprio processo eleitoral. Além das eleições, outro acontecimento citado nas páginas do Semanário foi à preparação do Sesquicentenário da Independência.

Na publicação número 12, de 27/08/72, questionado o clima de patriotismo e de progresso no Brasil em meios aos festejos do Sesquicentenário, Dom Adriano afirma ser até nisso a Baixada marginalizada, pois na localidade os festejos eram poucos e havia pouca motivação da população⁵³. Parece não haver referência, ou mesmo entendimento, por parte do Bispo na instrumentalização da recuperação da memória da independência e do culto cívico promovido pelo Governo. Pelo menos nesse momento (1972), o Bispo até sente falta dessa campanha na Baixada Fluminense. Uma das razões desse certo descontentamento poderia ser explicado pelo fato de que, neste período, tanto a Igreja como Estado preparavam-se para usar as comemorações de 1972 como plataforma política⁵⁴. Se, por um lado, o Regime buscava identificar os festejos, a Independência do Brasil, ao que chamavam de Revolução Constitucionalista, associando o patriotismo e o civismo ao respeito à ordem e ao governo instituído, por outro lado, a Igreja buscava promover um “sincero exame de consciência” sobre o que de fato é a independência, conceito publicado no texto: Testemunho de Paz, citado por Serbin⁵⁵. Tanto esse texto como outros foram censurados, porém, a Igreja antes distribuiu 50 mil cópias dele.

⁵² *Ibem*. p.103

⁵³ “A FOLHA PERGUNTA AO BISPO DIOCESANO”. A Folha, Nova Iguaçu, 27 de agosto de 1972, Ano 01, nº12.

⁵⁴ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra*. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2001. p.272

⁵⁵ *Idem*. p.276

Nesse contexto conturbado, tanto na esfera local, como nacional, é que inicia-se a publicação do Semanário A Folha, um documento e registro do tipo de ação e entendimento que a Diocese de Nova Iguaçu tinha a cerca do que é a Igreja e a sua missão.

A Diocese foi criada através da bula *Quandoquidem Verbis*, do Papa João XXIII, em 26 de março de 1960, sendo o desmembramento das Dioceses de Barra do Piraí/Volta Redonda e de Petrópolis, agindo nos municípios de Itaguaí, Mangaratiba, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi e o distrito de Conrado (Miguel Pereira). Nesta primeira década, em que a Baixada Fluminense passava por um rearranjo político, a diocese esteve sob a liderança de três bispos. O primeiro bispo foi D. Walmor Battú Wichrouski (1960 a 1961). Mesmo nesse curto tempo, ele iniciou a estruturação da diocese, agregando 34 sacerdotes e construindo 4 igrejas. O segundo bispo foi D. Honoratto Piazzera (1961-1966). Antes de Dom Adriano Hypolito assumir, no mesmo ano de 1966, D. José Gonçalves da Costa, secretário geral da CNBB, esteve à frente da diocese por alguns meses. Nesse período a diocese já contava com 65 padres e 11 igrejas⁵⁶.

Quando assume, em novembro de 1966, Dom Adriano Hypolito tem vários desafios. O primeiro seria compreender o que é a sua diocese e o “seu” povo. Para isso ele organiza pesquisas feitas pela própria diocese para a implementação de seus projetos em um Plano Pastoral. Baseado nesse plano, a Igreja reconhece que não tem alcançado boa parte de seus fieis. Diante dessa realidade, com a chegada de Dom Adriano a diocese mergulha, de fato, nas diretrizes pastorais do Concílio do Vaticano II. Esse primeiro plano pastoral, segundo Nascimento:

...foi realizado a partir de pesquisas realizadas pela própria diocese para montagem de seus projetos. De acordo com ele, a Baixada Fluminense aparece também caracterizada pela alta densidade demográfica, urbanização crescente e desenfreada, região de cidades-subúrbio, pela alta imigração interna e pela ausência de serviços públicos e de infra-estrutura. Identificada como “área problema”, era marcada pela ineficiência da Igreja que deveria, assim, ter sua pastoral inserida em sua realidade:⁵⁷

⁵⁶ SERAFIM, Adriana da Silva. *A Missa da Unidade Entre Faixas e Crucifixos: Hierarquia e Política na Diocese de Nova Iguaçu (1982)*. Dissertação (mestrado) – UFRRJ – INSTITUTODE CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, 2013. pp.66-67

⁵⁷ NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. *Imagens da libertação : a atuação política da Igreja Católica de Nova Iguaçu por meio do jornal A Folha (1974-1981)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2007. p.48

Interessante perceber que a Igreja, nesse momento, tem uma preocupação em mapear dados objetivando a implementação de estratégias de ação. Isso produziu uma leitura da realidade em conformidade com pesquisas e levantamentos seculares. Com esse olhar, a Igreja começa a enxergar não apenas a alma das pessoas, mas também as suas necessidades cotidianas e materiais, tendo na marginalização, na ausência de ação estatal, na falta de infraestrutura e, principalmente, nas condições estruturais da sociedade o alvo para ação da Igreja, na tentativa de encontrar soluções para melhorar a vida das pessoas. Isso pode ser identificado na tentativa da construção da justiça social. No decorrer dos anos, a estratégia que se consolidaria em Nova Iguaçu seria formas de organização social, a partir da tomada de consciência. Por isso, é de suma importância a criação do semanário A Folha e da análise da coluna de perguntas e respostas nela veiculada. Uma das primeiras ações implementadas pelo bispo, ainda em 1966, foi a criação de um conselho que reunia os padres que tinham cargos de coordenação e, depois, em 1968, esses cargos passam a ser ocupados por padres eleitos pelo clero, antes eram nomeados pelo bispo. Adriana Serafim salienta que, em um período intervencionista, a Igreja em Nova Iguaçu promove mudanças descentralizadoras e democráticas⁵⁸. Outra ação, nessa mesma linha, foi a realização da I Assembleia Diocesana formada por delegados eleitos nas paróquias, formando uma esfera de representação popular na gestão da diocese. Essa aproximação dos fieis na organização da Igreja evidencia que um dos objetivos dessa nova ação eclesial era a maior participação dos leigos nos assuntos da Igreja. Claro que isso tinha limites bem definidos, sendo a própria figura do bispo e do clero, algo muito forte que impedia certos abusos.

Nesse período inicial, os efeitos dessas medidas já puderam ser experimentados. Os principais movimentos priorizados a partir da I Assembleia Diocesana foram as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e o Movimento de Integração Comunitária (MIC). As CEB's, segundo Mainwaring, “*eram praticamente as únicas organizações populares a promover perspectivas políticas críticas.*”⁵⁹. As CEB's eram geridas por um conselho comunitário e estavam sob a gestão da paróquia local, sendo que um representante de cada CEB participava do Conselho Paroquial. Além dessa organização local, os conselhos locais se interligam com

⁵⁸ SERAFIM, Adriana da Silva. *A Missa da Unidade Entre Faixas e Crucifixos: Hierarquia e Política na Diocese de Nova Iguaçu* (1982). Nova Iguaçu, UFRRJ, 2013, p.67. Dissertação

⁵⁹ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.p.212

os regionais e o pároco local segue as orientações do bispo transmitidas, principalmente, através dos boletins diocesanos, das reuniões e dos eventos entre Igrejas. Através das CEB's, a Igreja acaba promovendo um tipo de organização social, mesmo que rudimentar, no qual as discussões sobre as práticas e problemas do cotidiano das pessoas passam a fazer parte da sua fé. Dessa forma, elas foram importantes na organização de movimentos populares posteriores, como afirma Mainwaring⁶⁰. No entanto, as CEB's precisam ser definidas e analisadas em função da sua temporalidade e do local, para então verificar se de fato o processo de formação das chamadas ações populares da Igreja tem a sua origem nas CEB's. Neste primeiro momento, a preocupação da Igreja parece ser no sentido de uma ação mais efetiva na realidade local das comunidades, sem pretensões de uma organização política mais abrangente, parece que isso é o olhar do historiador, e das ciências sociais, buscando identificar indícios de um processo social em escala maior.

O MIC, apesar de ter durado apenas dois anos, foi muito significativo para a compreensão dessa nova ação da Igreja. O movimento buscou nesse período organizar os católicos para alcançar melhorias nos serviços oferecidos (ou não oferecidos pelo Estado), tentando articular uma base. O fato de ter sido dissolvido pelo Estado em 1970, evidência toda tensão vivida entre a Igreja e o Regime Militar em Nova Iguaçu, pois essa tentativa de uma articulação maior nas bases da população foi alvo dos militares desde o início do golpe, como afirma Mainwaring: *“O golpe dizimou os mais importantes movimentos populares.(...)Dessa forma o desmembramento das forças opositoristas locais tornaram impossível qualquer forma de organização popular fora da Igreja.”*⁶¹. Isso demonstra que a Igreja passa desempenhar a função de articuladora dos movimentos sociais devido à conjunção desses dois fatores: a repressão do regime a qualquer tipo de organização que desse a ideia de oposição e as novas propostas de ação da Igreja iniciadas no Concílio do Vaticano II, além das discussões em torno das novas ações pastorais para a América Latina.

Sendo assim, é preciso ter um cuidado para não se superestimar a ação eclesial frente aos movimentos sociais, durante a Ditadura. Foi o único espaço para isso dentro da legalidade, mesmo assim, a intervenção do Regime era real, como no caso da dissolução do MIC em 1970. Como foi citado através da obra de Souza Alves, o período anterior ao golpe

⁶⁰ Idem

⁶¹ Idem, p.211

foi identificado pela “*esquerdização do voto*”, a articulação de movimentos populares em função da lógica política do clientelismo e, no caso de Nova Iguaçu, em 1960, foi organizado o I Congresso das Comissões pelas Melhorias Urbanas dos Bairros de Nova Iguaçu. Esse evento, levou Mainwaring⁶² a concluir que a população dessa cidade já possuía uma certa tradição de luta pela obtenção de serviços urbanos. A questão é: até que ponto isso determinou o tipo de ação pastoral na qual o Movimento de Amigos do Bairro foi um dos movimentos mais reconhecidos? Será que dez anos depois esses mesmos personagens passam a ingressar no corpo da Igreja e utilizando a estrutura e abertura eclesial para continuar o que a Ditadura reprimiu? Outra questão, está relacionada com ideia de que esses movimentos surgem graças à ação eclesial. Nessa conjunção de fatores é preciso cautela, pois as fontes analisadas tem o limite de serem ligadas à Igreja, além disso, a historiografia do tema tende a identificar a Igreja nesse período como uma espécie mãe (fonte e a origem) dos movimentos sociais, ganhando independência na década de 1980.

Talvez o que mais chame a atenção em toda essa conjuntura entre a Igreja e a realidade da Baixada Fluminense seja o aprofundamento da ação eclesial frente às formas de organização sociais. Para isso é necessário ampliar o olhar sobre a religião e sua influência, pois, institucionalmente, a Igreja se coloca e, ao mesmo tempo é colocada, em uma função fundamental na compreensão desse período histórico. Isso faz com que as fontes eclesiais e os seus personagens ganhem notoriedade, como no caso do Bispo de Nova Iguaçu no período de 1966 a 1994.

Nesse sentido, é válido para essa monografia um breve levantamento de quem foi Dom Adriano. Fernando Políto nascido em Aracaju, em 18 de janeiro de 1918 e faleceu em Nova Iguaçu em 10 de agosto de 1996. Mais conhecido como Dom Adriano Hypólito, é citado em praticamente toda bibliografia sobre a Nova Iguaçu e Baixada Fluminense no período da Ditadura, além de em vasta quantidade de estudos sobre a relação entre Igreja e Estado neste período. Isso se explica, principalmente, por ter sido criador e incentivador do Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu, onde encontra-se vasta quantidade de fontes, desde a colônia até os dias atuais. Além disso, seu trabalho pastoral exemplar, em relação às considerações do Concílio do Vaticano II, e o apoio à formação e organização de diversos

⁶² Idem, p.210

movimentos sociais iniciados no seio da Igreja garantiram a ele uma significativa visibilidade, tanto na esfera religiosa, como na secular.

Suas origens nordestinas com certeza trouxeram-lhe uma maior identificação com o povo da Baixada Fluminense, em grande maioria também migrantes nordestinos. Filho de italianos, foi morar com o pai, comerciante, em Salvador e logo passou a servir na Igreja como coroinha. Aos treze anos, seguiu para o Seminário Menor Franciscano em João Pessoa, passando para o Seminário do Rio Negro no Paraná onde, em 1937, vestiu o hábito franciscano, passando a se chamar Dom Adriano Hypólito. Neste Seminário conhece Dom Evaristo Arns. Em 1942, foi ordenado em Salvador. Também foi prefeito e professor do Seminário Franciscano em Ipuarana, Paraíba, entre 1955 e 1958. Diante de muitas atribuições, antes de assumir a Diocese de Nova Iguaçu, ele exercia a função de Bispo Auxiliar de Salvador.⁶³

2.2 ENTRE A CRUZ E O FUZIL – IGREJA E ESTADO NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR.

Em linhas gerais, a Baixada, a Diocese de Nova Iguaçu e a figura emblemática de Dom Adriano exemplificam as três esferas inter-relacionadas para compreender a relação entre religião e sociedade. Respectivamente trata-se do contexto social, da instituição religiosa e da hierarquia. Nesse sentido, a proposta agora é apresentar uma discussão historiográfica, apontando para a opção de um modelo de Igreja que não enfatiza a relação institucional entre Igreja e o Estado, mas busca um “encontro da Igreja com o povo” (a opção pelos mais pobres). Isso ajuda a entender alguns pontos da relação Igreja e Estado como: a Bipartite (no sentido dela ser um “diálogo nas sombras”); a relação interna da própria igreja entre os progressistas e conservadores (na questão do discurso subversivo, e do apoio ao Regime) e a opção da Igreja por uma pastoral mais próxima da realidade local.

Parece quase um consenso, na historiografia sobre o tema, o fato da Igreja ser a única instituição capaz de organizar ou manter uma resistência ao Regime Militar nos limites da legalidade, como afirmam Renato Cancian, Mainwaring e Serbin. Nessa linha seguem os

⁶³ GOMES, Alexander de Souza. *Religião e Política: Construção da Memória de Dom Adriano Hypólito*. Dissertação (Mestrado) – UERJ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.p.30.

demais autores em suas teses e dissertações analisadas nessa pesquisa. A questão é: isso pode, de fato, ser constatado no discurso dos documentos produzidos pelo Bispo diocesano em Nova Iguaçu?

No enredo de seu discurso o que mais se verifica é um esforço por mobilizar e conscientizar os fiéis a ampliarem sua concepção de catolicismo, com a inclusão do mundo político, social e cotidiano. Nesse sentido, a o discurso de resistência pode ser identificado, no máximo, como uma espécie de substrato da ação pastoral da Igreja em Nova Iguaçu. Levando a construção de uma memória de resistência, mais em função da tentativa de desvincular qualquer associação da Igreja com o Regime, do que como uma constatação a partir das fontes. Isso não quer dizer que os militares não temessem a esse tipo de “ação progressista” da Igreja, e a interpretasse como ações subversivas, pois as indefinições dos projetos de nação em jogo nas esquerdas, associado à forte influência ideológica contagiante entre os católicos mais estremados, teriam levado a Igreja e o Estado a repensar a sua relação, a partir de 1970. Se até esse momento os militares praticamente desprezaram a Igreja, na consolidação de seus objetivos, a Igreja, por sua vez, continuava consolidando sua peregrinação na direção do povo, semeando uma organicidade popular temerosa em tempos de Ditadura.

O que de fato os militares temiam e o que Igreja buscava? A resposta para essa pergunta não é tão simples e nem é pretensão desta monografia respondê-la. Então que ela sirva apenas de balizador neste momento da discussão. Renato Cancian afirma:

o golpe militar de 1964 representou, porém, um divisor de águas na história da Igreja no Brasil porque à medida que o Estado foi se militarizando estabeleceu-se um conflito latente nas relações entre o governo e clero católico. Neste processo, a Igreja se transformou na principal força de oposição à ditadura militar.⁶⁴

Identificar o golpe como um divisor de águas na questão da relação Igreja e Estado, parece ser um dado lógico quando, com um olhar monolítico, identifica-se dois grupos em oposição. Porém, é necessário considerar as dinâmicas internas, tanto da Igreja como do Estado, pois ambos estão redefinindo suas ações, considerando que a indefinição dos rumos a serem tomados não seguem na mesma direção comum. Enquanto no Estado, existiam

⁶⁴ CANCIAN, Renato. *Igreja Católica e Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: Claridade, 2011.p.38

distinções interternas, entre moderados e a linha dura⁶⁵, assim também acontecia na Igreja. Mainwaring propõe uma classificação de três principais grupos dentro da igreja, usando como parâmetro a questão das mudanças sociais: os tradicionalistas, aqueles que buscavam manter o modelo da neocristandade com o fortalecimento da instituição frente à sociedade; os modernizadores conservadores que buscavam uma maior abertura, mas sem grandes transformações; e os reformistas que viam na mudança social uma finalidade em si para a Igreja⁶⁶.

Do outro lado, entre os militares, a divisão interna é evidenciada, principalmente, na divergência sobre a duração da intervenção militar, no que diz respeito ao modelo de desenvolvimento econômico, dentre outras. Enquanto o grupo ligado ao general Castelo Branco, defendia um retorno rápido ao governo civil, a chamada linha dura, ligada a Costa e Silva, temia os avanços dos movimentos de esquerda. Sem aprofundar a discussão, vale enfatizar o clima de conflito ideológico, tanto na esfera nacional, como internacional. Essa polarização entre esquerda e direita acabou por definir o parâmetro classificatório dos grupos, pensamentos e pessoas, tanto na Igreja como no Estado. Dessa forma, os progressistas foram, quase todos, rotulados de esquerda católica, e os conservadores de direita. O problema dessa classificação é que ela é externa à dinâmica da Igreja. Claro, não se pode negar a influência marxista nas concepções do chamado grupo progressista e dos grupos ligados ao cristianismo da libertação⁶⁷, nem jogar no lixo a guerra ideológica existente no mundo. No entanto, deve-se considerar prioritariamente esse processo de redefinição da Igreja e sua missão em função da própria Igreja e depois relacioná-la com essas influências.

No que se refere à relação entre Igreja e Estado, novamente há uma tentativa de desvincular as relações entre as duas instituições na questão do golpe. Como propõe Cancian:

Alguns historiadores da Igreja e estudiosos do período identificam esses movimentos como um indicador do apoio da Igreja ao movimento de deposição de Goulart da Presidência da República. É preciso salientar, porém, que foram poucos (e sem nenhuma influência institucional) os

⁶⁵ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra*. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2001. p.91

⁶⁶ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.p57

⁶⁷ Termo usado por Michael Löwy no lugar de Teologia da libertação, por entender que essas ações refletiam muito mais um tipo de ação cristã do que uma reflexão teológica propriamente dita. LOWY, Michael. *A Guerra dos Deuses*. Petrópolis: Vozes, 2000

*membros do clero, sobretudo pertencentes à hierarquia, que apoiaram enfaticamente as marchas.*⁶⁸

Há toda uma preocupação em construir uma memória que não associe a imagem da Igreja com a Ditadura. Claro que de forma direta, a cúria da Igreja brasileira não teve participação no golpe, mas isso não determina a não cumplicidade da Igreja, assim como a sociedade como um todo. Julgá-los, também não parece função de uma análise histórica. Por isso, deve-se buscar (ou pelo menos tentar) uma constatação dos fatos a fim de interpretá-los. O processo que levou à tomada do governo pelos militares foi sendo construído pela perda gradual das possibilidades de permanência no poder do presidente João Goulart. Em outras palavras, uma solução política foi ficando cada vez mais difícil e improvável⁶⁹. Aliado a isso, houve o temor do comunismo e as tensões promovidas pelas expectativas em torno das reformas. Nesse contexto, a Igreja, no mínimo, apoiou o golpe por sua omissão.

O golpe também para a Igreja parecia uma solução possível, pois não sabiam de fato o que se desenrolaria nos anos seguintes. Tinham apenas o desenrolar de uma esquerda católica que, cada vez mais, se afastava da Igreja em função da ação político-social e um crescente rearranjo eclesial em função das necessidades locais. Dessa forma, para uma melhor compreensão da Igreja em relação ao Golpe Militar, seria necessário definir a escala da análise. Se a perspectiva for regionalizada, como no caso de Nova Iguaçu, notar-se-á uma ação e uma relação política em função de uma pastoral ainda em construção de linhas norteadoras. Agora, quando o olhar é nas relações em esfera nacional, na qual são definidas entre as instituições Forças Armadas e CNBB é possível notar um outro tipo de padrão político. Nele, a CNBB busca sempre uma posição moderada frente ao poder instituído, mesmo que seus membros tenham certas objeções à legitimidade desse poder. Mainwaring, lembra que embora a CNBB agradecesse aos militares pela intervenção, pois temiam a possibilidade de uma desordem maior, o documento publicado em junho de 1964 possuía

⁶⁸ CANCIAN, Renato. *Igreja Católica e Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: Claridade, 2011.p.38

⁶⁹ Em linhas gerais, Argelina Cheiubi Figueiredo justifica o Golpe Militar como resultado de escolhas políticas que diminuíram as possibilidades de negociação, em função da forma como as reformas foram apresentadas e das alianças feitas. FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Estrutura e escolhas: era o golpe de 1964 inevitável?* In: SEMINÁRIO 40 ANOS DO GOLPE DE 1964. 1964-2004: 40 anos do golpe. *Ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, 26-35.

algumas críticas, condicionando o seu apoio ao respeito pela Igreja, aos direitos humanos e à atenção a justiça social⁷⁰.

Portanto, a relação entre Igreja e Estado no período da Ditadura é marcada por uma certa ambiguidade, entre apoiar ou resistir. Talvez, como no caso do afastamento do presidente, não houvesse outra solução, a não ser condicionar seu apoio, ou manter-se atenta ao que viria. Claro que, institucionalmente, a Igreja perdeu muito de sua influência frente ao Estado, enfraquecendo ainda mais os que esperavam uma aliança institucional entre os dois, na construção de um projeto de nação nos moldes da neocristandade. Com uma ruptura quase que total, o Estado passa a não considerar de forma significativa a Igreja, pelo menos até 1970. Serbin destaca que o Estado tentou neutralizar a chamada Igreja progressista, promovendo campanhas contra os padres radicais, com o objetivo de desacreditá-los, concedendo maior liberdade a outras religiões e levantando denúncias de imoralidade sexual. Por outro lado, a Igreja reagiu promovendo os direitos humanos, denunciando as atrocidades do regime e trabalhando por mudanças sociais e ideológicas que contestasse a estratégia de desenvolvimento dos militares; por fim a igreja teria buscado construir um movimento de resistência ativo, porém pacífico⁷¹.

Nesse contexto, nota-se uma dificuldade em perceber se foi a desvinculação em relação ao Estado que favoreceu, no seio da Igreja, a implementação e o fortalecimento dessa chamada igreja mais progressista, ou esse afastamento de uma Igreja mais voltada para a manutenção do *status quo* (expectativa dos militares) que fez os militares se afastarem? Pois para eles o catolicismo deveria ser uma âncora imóvel de patriotismo e estabilidade⁷². Com o aumento da repressão, principalmente após 1968, a Igreja continuou na implementação das pastorais na esfera local e, na esfera nacional, continuou a utilizar sua força em consolidar e legitimar ações para promover uma resistência pacífica contra o regime. Então, no momento mais conturbado dessa relação surge a Bipartite.

A comissão surge em 1970, quando o regime vivia um momento de consolidação. Encontrava-se vencida a expectativa do retorno rápido à democracia e já se experimentava o

⁷⁰ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.p104

⁷¹ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra*. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2001. pp121-123

⁷² Idem. p.133

primeiro impacto das ações mais violentas por parte da repressão. Nesse momento era preciso redefinir as relações entre Igreja e Estado. Se durante o governo Castelo Branco os bispos tinham livre acesso ao presidente, e ainda se tinha certa liberdade para a imprensa e para o debate político, com o acirramento das tensões durante os anos de Costa e Silva, os ataques à Igreja se intensificaram. Nesse momento, ainda em 1967, Dom Avelar tentou criar uma comissão Igreja/Estado para estudar as causas do conflito civil-religioso. Mesmo não tendo sido levado a frente, pois a chamada linha dura defendia o controle sobre o clero e os bispos, essa ideia serviu de semente para as futuras tentativas de diálogo. Outra tentativa foi a criação da Tripartite, comissão formada em fevereiro de 1969 por empresários, militares e clérigos. Não deu certo, porque o objetivo do Estado era *cooptar a Igreja para a nova ordem militar-tecnocrática e viam cada vez mais o clero como desnecessário para a organização de setores mais modernos da sociedade*⁷³.

A terceira tentativa de diálogo foi a Bipartite. Foram 24 encontros entre novembro de 1970 e agosto de 1974. As diferenças dessa tentativa de diálogo para as outras foram: a duração, o fato de ser secreta, a inclusão de oficiais do serviço de informações e o tipo de debate desenvolvido, abordando temas vitais para Igreja e o Exército⁷⁴. Ela pode ser entendida como *um diálogo nas sombras* realizado durante um momento de conflito latente entre a Igreja e o Estado. Nela, os generais buscavam apaziguar e controlar a Igreja. Já os bispos não viam outra alternativa para reafirmar os interesses da instituição e protegê-la dos ataques da repressão, além de servir de um espaço para que os bispos pudessem ser ouvidos, tendo em vista que foi justamente nesse período que a CNBB se torna um opositor maior ao governo militar⁷⁵.

Nesse período, enquanto se desenrola a Bipartite, Dom Adriano começa a consolidar uma ação pastoral na Diocese de Nova Iguaçu que poderia ser classificada pelos militares com características do setor progressista da Igreja e subversiva, devendo ser combatida. Por outro lado, o país vive um clima de forte propaganda do Regime, no qual o patriotismo e o civismo, aliado a um modelo de desenvolvimento baseado no progresso e na integração da nação, pelo menos no discurso, levou o Bispo a desenvolver duras críticas a esse modelo de desenvolvimento, o que será melhor desenvolvido no capítulo 3. Essa relação, entre esses três

⁷³ Idem. p.204

⁷⁴ Idem. p.213

⁷⁵ Idem. p.238

personagens exemplifica bem a complexidade do entendimento entre Igreja, Estado e Sociedade. Enquanto a Diocese de Nova Iguaçu é vista como uma diocese com tendências subversivas, os militares defendiam que a Igreja não conseguia controlar seus setores mais reacionários, por outro lado, a CNBB personifica a ideia de uma centralidade para a Igreja no âmbito nacional. Então, CNBB, a Diocese de Nova Iguaçu e os militares constroem interpretações próprias para a mesma realidade. Nesse caso, vale ressaltar que a maior dificuldade dos militares seria de compreender a dinâmica interna da Igreja, como um organismo onde a coexistência de interpretações de si e de a sua missão eram latentes e isso em nenhum momento abalava a hierarquia eclesiástica.

Essa relação Igreja-Estado tem sido alvo de significativa bibliografia, algumas citadas nesta monografia. Nesses trabalhos é comum a percepção de que a Igreja contribuiu de forma significativa na dinâmica social do Brasil, sendo de suma importância para o entendimento de alguns processos históricos, como no período da Ditadura Militar no Brasil, em especial, no caso de Nova Iguaçu. Sendo assim, faz-se necessário um breve levantamento historiográfico de alguns trabalhos relacionados com o tema. Todos tratam da relação entre a Igreja e a sociedade na diocese de Nova Iguaçu, tendo a figura do bispo Dom Adriano Hypólito como eixo central.

Iniciaremos com o próprio Scott Mainwaring, em seu livro *A Igreja Católica e a Política no Brasil*. Apesar de não trabalhar especificamente com a História da Baixada, o autor apresenta no segundo ponto da Terceira Parte o título: “*A Igreja e o Movimento Popular: Nova Iguaçu, 1974-1985*”. Nele Mainwaring percebe neste caso específico as características desse novo modelo de ação da Igreja, no qual as inovações vivenciadas estão em acordo com a ordem hierárquica eclesiástica, pois é o próprio bispo diocesano o principal promotor delas. Importante frisar que, o período entre 1974 e 1985, foi o momento do surgimento de movimentos mais organizados a partir da Igreja, como o MAB (Movimento de Amigos do Bairro), porém esta monografia busca analisar um período anterior. Neste capítulo, o autor busca incluir uma rede de atividades da sociedade civil que não estão relacionadas ao Estado, demonstrando que a Igreja foi de suma importância na legitimidade dos movimentos populares em Nova Iguaçu, mesmo que essa atuação eclesiástica tivesse limites. Por fim, o capítulo revela que a igreja, aos poucos, foi deixando de ser a única

instituição capaz de defender os direitos humanos, passando a ser *uma das muitas forças das muitas forças interessadas em promover a mudança social.*”⁷⁶.

Outro trabalho, agora com um foco exclusivo na realidade iguaçuana é a dissertação de Rafael Cerqueira do Nascimento, com o título: “Imagens da libertação: a atuação política da Igreja Católica de Nova Iguaçu por meio do jornal A Folha (1974-1981)”. Nela o autor não considera a atuação política da Igreja em Nova Iguaçu como legitimadora e estruturadora dos movimentos sociais na cidade – afastando-se da concepção defendida por Mainwaring. Utilizando-se do jornal A Folha, como principal fonte, o pesquisador buscou avaliar como esse instrumento de comunicação estabeleceu um envolvimento político dos membros da instituição. Considerando que a atuação política da Igreja teria sido resultado das mudanças provenientes do Concílio do Vaticano II, na qual a Igreja passa a ser vista como conjunto dos seus fiéis e não apenas como instituição. Além disso, sua missão, passaria a englobar uma ação *sócio-libertadora* e não apenas uma atuação em torno da salvação da alma para *eternidade*. Nesse processo, passou a usar representações religiosas, com o intuito de defender a justiça social e os direitos humanos. Isso sim, estando presente no discurso religioso da época, teria levado a politização de setores da Igreja Católica no Brasil. Com relação ao Jornal A Folha, ele o considerou como um fenômeno político, como parte de uma atitude política de contestação e a afirmação de um projeto de sociedade diferente do estabelecido.⁷⁷

A dissertação de Adriana da Silva Serafim acompanha o mesmo debate em torno das mudanças de concepção da Igreja desse período, utilizando como foco principal uma missa, chamada de Missa da Unidade, realizada em 1982 em um bairro afastado do centro de Nova Iguaçu (Riachão). A partir desse evento, a pesquisadora buscou analisar o conflito envolvendo, o então bispo diocesano, Dom Adriano e o padre Valdir Ros. Essa desavença revelaria uma divergência de visão política dentro da estrutura eclesial. Enquanto os grupos ligados aos movimentos populares ganhavam maior ação com o apoio da Igreja, outros setores organizam uma espécie de oposição e crítica ao envolvimento da Igreja nessas

⁷⁶ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.p229

⁷⁷ NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. *Imagens da libertação : a atuação política da Igreja Católica de Nova Iguaçu por meio do jornal A Folha (1974-1981)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2007.pp.12-13

questões, fazendo com que o conflito religioso ganhasse contornos políticos, em meio a eleições e a questões fundiárias na cidade. A análise desse conflito foi feita considerando-o como uma disputa entre dois projetos teológico-políticos de dois clérigos da Igreja⁷⁸.

Enquanto Mainwaring, olha de fora para dentro da Igreja, Nascimento e Serafim apresentam uma perspectiva preocupada em construir a identidade que a Igreja tinha de si. Nessa questão, a opção feita por cada pesquisador determina o tipo de pesquisa, podendo alterar algumas conclusões. Por isso, compreender a Igreja a partir de si, através de seus discursos e auto-interpretações revelam muitas contradições, impasses, divergências dentro da própria instituição, por outro lado, suas falas sempre podem ser tendenciosas em função de uma lógica que foge a análise histórica. Se, por um lado, Mainwaring busca entender a igreja como uma instituição que no decorrer dos séculos vive um constante processo de absorção gradual das mudanças sociais, na qual o carismático (ou popular) tem seu espaço na expressão da religiosidade imediata, e a normatização dogmática e doutrinária tem um tempo maior para uma reformulação⁷⁹, a impressão que se tem é de uma instituição conservadora. De certa forma, isso está correto. Agora, por outro lado a leitura externa delega sempre uma condição de dependência na compreensão do que de fato é a Igreja. Dependência expressa na compreensão de que a Igreja está em total sujeição às conjunturas imediatas dos fatos. No entanto, a Igreja tem uma lógica própria, ela trabalha além da linha do imanente. Ela se entende como *corpo místico*⁸⁰.

Outras pesquisas podem ser citadas com importantes contribuições para o estudo histórico da Baixada Fluminense, em especial Nova Iguaçu. Como a Dissertação de Alexander de Souza Gomes, levantando a mesma temática, discutindo a relação entre fé e política a partir dos escritos de Dom Adriano, vinculando esse discurso à construção de um memorial erguido um ano após o falecimento do mesmo. Também, como outros, percebe a relação entre a ação da Diocese de Nova Iguaçu com a formação de uma ação laica da Igreja,

⁷⁸ SERAFIM, Adriana da Silva. *A Missa da Unidade Entre Faixas e Crucifixos: Hierarquia e Política na Diocese de Nova Iguaçu (1982)*. Dissertação (mestrado) – UFRRJ – INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, 2013.

⁷⁹ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, pp.21-25

⁸⁰ Roberto Romano em *Igreja contra o Estado*, 1979 diz que a Igreja deve ser entendida a partir da concepção de corpo místico, pois os eventos e processos não podem ser interpretados a luz apenas da conjuntura imediata dos fatos. Ela tem uma coerência própria. ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979.

formando agentes que se engajaram na organização de movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos. Portanto, sua pesquisa contribui para o resgate da memória dessa relação entre política e fé a partir da imagem dessa personalidade que foi Dom Adriano⁸¹. Também relacionado ao resgate da memória, João Marcos Figueiredo de Assis, em sua tese, relaciona o fenômeno das Comunidades Eclesiais de Base à Renovação Carismática Católica na Diocese de Nova Iguaçu. A partir das memórias dos agentes, o pesquisador busca analisar os pontos em que ocorrem as interações, trocas e negociações ente esses dois grupos dentro do mesmo espaço eclesial. Assim, como Serafim, Assis apresenta a coexistência de grupos diferentes dentro da Igreja, não com a mesma tensão e conflito, mas demonstra que a Igreja consegue, devido a sua dinâmica própria, conciliar divergências em uma mesma instituição, pois o respeito à hierarquia é o fator fundamental para isso.

2.3 O CONCÍLIO DO VATICANO II E A DIOCESE DE NOVA IGUAÇU

Para aprofundar o debate cabe aqui relacionar as diretrizes da Igreja desde a sua instância maior (Roma), até chegar ao chão da comunidade iguaçuana. A partir das diretrizes norteadoras do Concílio do Vaticano II, passando pela reformulação do clero brasileiro, com a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952. Busca-se compreender como a Igreja foi capaz de aplicar uma mudança significativa na sua dinâmica interna, levando, através de sua interferência, à organização de diversos movimentos sociais que a princípio estavam ligados a ela, mas logo seguem seus próprios caminhos. Além disso, para entender como essas mudanças chegaram tão rápido à Diocese de Nova Iguaçu é necessário considerar duas estratégias gerenciais inovadoras na Igreja brasileira, o Plano de Emergência (1962) e o Plano de Ação de Conjunto (1966).

O Concílio do Vaticano II é fundamental para a compreensão da Igreja a partir dos anos 1960. Nele são apresentadas as diretrizes norteadoras da Igreja, algumas interpretadas como radicais em um momento marcado pela guerra ideológica entre capitalismo e socialismo, entre direita e esquerda, conservadores e reformistas. Toda bibliografia analisada em algum momento faz referência a esse evento. Neste ponto será proposto uma reflexão

⁸¹ GOMES, Alexander de Souza. *Religião e Política: Construção da Memória de Dom Adriano Hypólito*. Dissertação (Mestrado) – UERJ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2012

sobre a relação entre a esfera local e a o centro do catolicismo (Roma), no sentido de buscar compreender esses dos movimentos: primeiro, como as mudanças na Igreja da América Latina influenciaram na elaboração dessas diretrizes? E o segundo movimento, inverso, qual o impacto delas no “retorno” ao solo que estimulou as principais questões debatidas em Roma?

O Concílio Ecumênico do Vaticano II consistiu em quatro sessões entre os anos de 1962 e 1965; inicia-se no papado de João XXIII, sendo concluído no segundo ano de Paulo VI como pontífice. Mas o processo até a consolidação desse marco é anterior a ele, assim como as implicações posteriores que estariam a ele ligadas. Por isso é importante contextualizar a Igreja nesse período entre o fim da II Guerra e o início dos anos 1960. Gomez de Souza chama a atenção para o fato da crise gerada entre o comunismo e a Santa Sé, em 1948, ter levado a Igreja a proibir o voto nos partidos comunistas, sob pena de excomunhão⁸². Nesse contexto de Guerra Fria e de uma Igreja que precisava urgentemente se contextualizar frente às inovações do mundo e ao avanço do secularismo, em 25 de janeiro de 1959, o papa João XXIII anuncia na conclusão da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, na Basílica de São Paulo, a dupla celebração, de um Sínodo diocesano para a Urbe e de um Concílio Ecumênico para Igreja Universal, o que deixaria estupefatos e perplexos os cardeais a sua volta e causaria grande impacto no mundo⁸³. Vale ressaltar que a marca desse anúncio foi a expectativa de adaptação da Igreja aos novos tempos e a busca pela unidade entre os grupos cristãos.

Sendo um evento de profunda complexidade e magnitude, para os limites desta monográfica as leituras estão restritas ao impacto no Brasil, mais especificamente, em Nova Iguaçu.

Adriana Serafim, tendo por base Beozzo, lista uma série de impactos do Concílio na hierarquia eclesial brasileira. Ele promoveu uma reorganização interna da Igreja, além de novos contatos e relações com outras Igrejas nacionais, permitindo uma integração e a elaboração de planos pastorais de conjunto, além de propor uma nova dinâmica eclesial

⁸² SOUZA, Luiz Alberto Gomez de. *Do Vaticano a um Novo Concílio?: O olhar de um Cristão Leigo sobre a Igreja*. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p.234

⁸³ BEOZZO, José Oscar. *Padres Conciliares Brasileiros no Vaticano II: Participação e Prosopografia*. Tese (Doutorado) – USP Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2001. p.42

através do papel desempenhado pelo clero e por leigos, levando as dioceses à novas ações de integração entre o religioso, o social e o político. Diante de muitas mudanças propostas e que se desenvolveriam em função das diretrizes conciliares, vale destacar a desvinculação do celebrante como eixo fundamental da missa, passando a ser o povo⁸⁴. Isso é significativo, pois demonstra a mudança de perspectiva com relação o que é a Igreja, deixando de ser o corpo institucional clérigos (seculares e leigos), passando a incluir os fiéis, como parte constitutiva e fundamental da Igreja, e por isso com a função de também participar ativamente dos movimentos eclesiais. A pesquisadora também lembra que as medidas conciliares não foram empreendidas sem conflito, evidenciado no distanciamento entre os participantes dos concílios e os que permaneceram nas suas paróquias. Além disso, as divergências relacionadas ao tipo de formação dos clérigos no Brasil não foram adotadas de imediato pelos Seminários⁸⁵. A pesquisadora busca, portanto, uma chave de compreensão sobre o Concílio em função das contribuições para compreender o processo de mudança vivida pela igreja na segunda metade do século XX.

Aliado a essa perspectiva, vale acrescentar a proposta de Nascimento que busca entender o Concílio do Vaticano II a partir das novas orientações trazidas para a Doutrina Social da Igreja⁸⁶. O mesmo a define:

*como um corpo doutrinário que foi se configurando desde o final do século XIX e ao longo do século XX na Igreja Católica, e cujo significado deve ser visto a partir da tentativa da instituição de se conciliar ou atualizar seu pensamento e ação diante dos problemas sociais, políticos e econômicos do mundo moderno. É definida como social por tratar do funcionamento da sociedade, envolvendo as relações econômicas, políticas e jurídicas, analisadas a partir dos princípios e preceitos da instituição frente às situações da realidade humana.*⁸⁷

Essa construção doutrinária se tornou possível graças a uma outra mudança sobre a concepção da relação da Igreja com o mundo moderno. No decorrer dos anos, após o Concílio do Vaticano I (1869-1870), a herança foi o antagonismo entre Igreja e o mundo. Nesse

⁸⁴ SERAFIM, Adriana da Silva. *A Missa da Unidade Entre Faixas e Crucifixos: Hierarquia e Política na Diocese de Nova Iguaçu (1982)*. Dissertação (mestrado) – UFRRJ – INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, 2013.pp.54-55

⁸⁵ Idem,p.56

⁸⁶ NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. *Imagens da libertação : a atuação política da Igreja Católica de Nova Iguaçu por meio do jornal A Folha (1974-1981)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2007.p. 37

⁸⁷ Idem.

momento a Igreja necessitava reafirmar seus valores e autoridade frente ao seu próprio fracasso na cena internacional e ao surgimento de diversos movimentos religiosos e seculares que diminuiu cada vez mais a sua influência e poder. Então, durante toda primeira metade do século XX, a Igreja vive momentos de tensões internas entre a sua forma de agir na sociedade. Durante esse período, um dos eixos reafirmados é a consolidação das diretrizes apresentadas na *Rerum Novarum*, quando o Papa Leão XIII posiciona a Igreja como alternativa para solucionar a questão social gerada pelos abusos do Capitalismo e o conflito de classes proposto pelo comunismo. Portanto, para Nascimento, a partir do Concílio do Vaticano II, a Igreja passa a assumir-se de vez como uma instituição promotora da justiça social, e isso significa estar inserida na realidade temporal respondendo aos problemas sociais, econômicos e políticos.⁸⁸

Assim, entende-se que a Igreja passava por um processo de redefinição de sua identidade, comum a qualquer processo de mudança. Nota-se em quase toda bibliografia analisada a relação entre o Concílio, os Planos de Pastoral de Conjunto e a Diocese de Nova Iguaçu como exemplo de uma Igreja conciliar. Faltando acrescentar a CNBB. Para compreender melhor essa relação é preciso considerar que nesse momento, aliado às mudanças de concepção teológicas sobre a Igreja e sua missão, verificou-se a melhor qualificação dos clérigos brasileiros, principalmente na questão gerencial e uma melhor organização a nível nacional. Esse dado, ainda pouco estudado, precisa de um melhor aprofundamento. Por hora, basta encontrar outros pontos de convergência entre essas esferas eclesiais.

Uma das possibilidades apresentadas a partir das discussões conciliares dos anos 1960 foi a possibilidade de ações gerenciais regionalizadas, nas quais as Igrejas nacionais pudessem articular entre si medidas que contemplassem suas singularidades e os novos objetivos definidos pela Igreja. Assim, ainda durante o período conciliar, a CNBB lança o Plano de Emergência, em 1962.⁸⁹ Esse tema foi o único tema debatido nesse ano, na quinta Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Como definido no próprio documento, o Plano não quis ser algo global e acabado, nele buscou-se empreender a renovação de alguns setores da vida da Igreja, foram eles: a paróquia, o ministério sacerdotal, o sistema

⁸⁸ Idem, 39

⁸⁹ Dom Odilo Pedro Sherer na apresentação da edição de 2004 do Plano de Pastoral de Conjunto – 1966-1970

educacional católico, a ação da Igreja no campo sócio-econômico e um primeiro esforço para uma pastoral de conjunto na esfera local, regional e nacional⁹⁰.

Um do fator prático que contribuiu para a implementação dessa primeira tentativa de uma integração gerencial das práticas pastorais no Brasil, foi o fato da CNBB existir desde 1952, sendo bem atuante no cenário nacional e vista com bons olhos em outros países. Se forem analisados os temas discutidos em seus encontros, entre 1952 e 1962, é possível perceber a tentativa de consolidar orientações gerais para as questões identificadas como problemas para Igreja. Dentre outros temas debatidos, seguem alguns relacionados à tentativa de implementar uma nova ação da Igreja na sociedade:

- na 1ª Assembleia Ordinária — Belém, 1953: Reforma Agrária; Ação Católica e Apostolado dos leigos; Liga Eleitoral Católica;
- na 2ª Assembleia Ordinária — Aparecida, 1954: Ação Católica e Apostolado dos leigos; Reforma agrária;
- na 3ª Assembleia Ordinária — Serra Negra, 1956: Ação Católica e Apostolado dos leigos; Modernização do apostolado; Meios de divulgação; Formação da opinião pública através dos agentes de publicidade; A Igreja e o mundo operário;
- na 4ª Assembleia Ordinária — Goiânia, 1958: Influência das estruturas sociais sobre a vida religiosa da paróquia; Papel dos leigos na ação missionária da paróquia; Paróquia e missão; Papel do pároco na espiritualização das estruturas sociais da Paróquia;
- na 5ª Assembleia Ordinária — Rio de Janeiro, 1962. Temas debatidos: Plano de Emergência.

É possível destacar a preocupação inicial da CNBB na temática sobre o Apostolado Leigo, definido, em linhas gerais, como a prática cristã nas diversas esferas da vida. Além disso, vale salientar que essas discussões são anteriores e contemporâneas ao Concílio, demonstrando que muito do que foram as diretrizes conciliares já vinham sendo discutidas no âmbito da Igreja brasileira. Portanto, conclui-se que as inquietações da Igreja do Brasil foram levadas à Roma e além disso, esse movimento produzido pela CNBB facilitou a rapidez com

⁹⁰ Plano de Pastoral de Conjunto – 1966-1970. Edição de 2004, p.19

que as mudanças nas ações pastorais fossem implementadas no Brasil. Somente essa constatação entre os documentos da CNBB produziria uma rica pesquisa para melhor compreender a Igreja no Brasil como uma Igreja nos moldes do Concílio do Vaticano II, ou como uma influenciadora do mesmo.

Seguindo nessa direção, a Igreja Brasileira consolidou a sua ação um ano após o término das reuniões com o seu primeiro Plano Pastoral de Conjunto, objetivando criar meios e condições para que a Igreja brasileira se moldasse o mais rápido possível aos padrões da Igreja do Vaticano II⁹¹. Para esse objetivo, a proposta foi buscar essa renovação em cinco anos (de janeiro de 1966 a dezembro de 1970), com a perspectiva de dar continuidade a esses objetivos através da elaboração de um novo plano. Na prática, o plano serviu como uma espécie de matriz para que as dioceses traçassem e executassem suas próprias ações pastorais. Nesse sentido, as definições são muito mais práticas e preocupadas em tornar visível a fé. O alvo seria fazer com que o mundo e a sociedade pudessem ver a Igreja como “*a comunhão de vida dos homens com o Pai e entre si, em Jesus Cristo, no dom do Espírito Santo, comunicada e manifestada pela mediação da comunidade visível.*”⁹². A comunidade passa a ser a manifestação e a mediação visível do que é a Igreja e, por isso, as ações devem promover a justiça social, tanto nas práticas individuais de cada católico, como nas ações coletivas de luta por melhoria nas condições estruturais da sociedade. Deve-se ter cuidado neste ponto, pois, institucionalmente, a Igreja não precisaria necessariamente se envolver em alianças e disputas sociais, políticas e econômicas, mas ela deveria sempre colocar-se a serviço da sociedade na promoção de condições melhores de vida.

Esse entendimento pode ser visto na Diocese de Nova Iguaçu. Quando, em 1968, a Diocese lança o seu próprio Plano Pastoral, destacando o processo de planejamento pastoral, serviços eclesiais e pastorais de base⁹³. Esses planos diocesanos, além de demonstrarem o objetivo de consolidar o modelo conciliar de Igreja, revelam a busca por uma leitura sistematizada da realidade através de pesquisas, coleta de dados, estudos sociológicos, etc. E, no que cabe a essa monografia, é possível identificar na Coluna de *Pergunta e resposta* a

⁹¹ Idem, p.20

⁹² Idem, p.21

⁹³ NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. *Imagens da libertação : a atuação política da Igreja Católica de Nova Iguaçu por meio do jornal A Folha (1974-1981)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2007.p. 46

perspectiva conciliar de conscientização do povo para um apostolado leigo mais efetivo. Além disso, Dom Adriano utiliza esse meio de comunicação para divulgar e explicar as inovações na prática eclesial de sua diocese. Por isso, ao avaliar os conteúdos das propostas contidas na Coluna em função das orientações do Concílio do Vaticano II, percebe-se que não que as críticas à realidade de abandono da Baixada Fluminense, à política e à falta de conscientização da população revelam um esforço sistematizado em compreender a realidade na qual a Igreja deveria agir. Diante disso, o que para alguns seria entendido apenas como um discurso político crítico é visto como uma tentativa de conscientizar os católicos na construção de uma sociedade mais justa, através de ações efetivas promovidas pelos fieis. Dessa forma, a Igreja é levada a agir nas bases da sociedade sem se afastar do que ela é (a expressão de uma realidade invisível de fé).

Portanto, o discurso encontrado na coluna “Pergunte ao Bispo” é antes de tudo religioso e panfletário, parte de uma estratégia de ação, diretiva, nos moldes do Concílio. Sendo assim, tanto na coluna, como na Folha, verifica-se que o debate em torno das implicações do Vaticano II na Igreja brasileira contribuiu para a organização da Igreja na esfera local, onde as coisas acontecem. Talvez a questão não seja entender ou explicar como a Igreja brasileira saiu na dianteira na aplicação do Vaticano II, tendo a Diocese iguaçuana como exemplo. A questão colocada seria: como a prática, ou o pragmatismo de um cristianismo vivido em meio a tantos problemas, teria produzido uma reflexão religiosa, levada à sistematização doutrinária e ao embasamento teológico, retornando como parâmetros legitimadores da própria prática que o produziu. Por isso, a Igreja, nesse momento, parece menos preocupada em buscar um debate teórico, do que em pensar sua identidade e missão a partir da necessidade que se apresenta no mundo. Claro que o perigo disso seria a perda do vínculo institucional dos grupos, mas existe um outro movimento na dinâmica da Igreja que é a subjetividade mística, comum na religião e, no caso católico, essa mística está ligada à tradição sacerdotal, na qual a Igreja e o clérigo são vistos como representantes de Deus.

CAPÍTULO 3 – “A FOLHA” UM PANFLETÁRIO CATÓLICO

3.1. DIVULGANDO UM MODELO CATÓLICO DE SOCIEDADE

Um registro escrito pode ser muito mais que uma descrição de fatos ocorridos, pois o discurso revela conceitos, ideias, posicionamentos, juízos e valores. O trabalho de ler o registro, buscando compreender a realidade que o envolve, tem sido uma das buscas dos historiadores. Propondo para este capítulo a análise da “coluna” Pergunte ao Bispo, faz-se necessário expor o que foi o Semanário A Folha e quais razões conduziram a pesquisa para este recorte temporal compreendido no ano de 1972.

A escolha desse recorte temporal se deu por ser o ano de fundação do Jornal, além disso, em 1972 ocorreu em Nova Iguaçu eleições municipais, favorecendo o clima de disputa política, apesar dos limites do Regime Militar. Por fim, não foi encontrado nenhuma pesquisa que utilizasse essa fonte, nesse período inicial. Em linhas gerais, buscou-se identificar na Folha, indícios da participação política da Igreja a partir de sua própria organização, o que levou a uma mobilização posterior da sociedade civil, revelando uma característica específica da formação política recente da Baixada Fluminense. Essa formação política foi bem trabalhada na bibliografia citada, porém utilizam-se do período posterior a 1974, no qual os números estão arquivados na Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, já encadernados e catalogados⁹⁴. Os exemplares anteriores a setembro de 1974, encontram-se arquivados em fichários e alguns números não foram encontrados.

Sendo a opção dessa pesquisa, concentrar-se no ano de 1972, vale ressaltar que a primeira publicação data de 11 de junho e o último exemplar a ser analisado foi o de número 30, em 31 de dezembro. Destes, não foram encontradas as seguintes publicações: nº01, nº02, nº03, nº05, nº07, nº08 e nº17. Portanto, ao analisar 23 exemplares do semanário A Folha, foi

⁹⁴ Destaca-se a dissertação: NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. *Imagens da libertação : a atuação política da Igreja Católica de Nova Iguaçu por meio do jornal A Folha (1974-1981)*. Dissertação (mestrado). Onde o semanário foi descrito e analisado como fonte principal. Também pode ser citado outros trabalhos como: GOMES, Alexander de Souza. *Mundo do Trabalho e Catolicismo no Brasil: a Pastoral operária e Nova Iguaçu no Bispado de Dom Adriano Hypólito*. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPCIS / UERJ. Rio de Janeiro, Número Especial 02, pp.37-58, 2011.; e: ASSIS, Dr. João Marcus Figueiredo. *Militância e Subjetividade: as influências da atuação religiosa e sócio-política de Dom Adriano Hypólito*. Trabalho apresentado no XII Simpósio da ABHR, 31/05 – 03/06 de 2011, Juiz de Fora (MG), GT 03: Religião e política: o saber religioso da política e o saber político do religioso.

possível verificar como o Bispo Dom Adriano Hipólito inicia um novo meio de comunicação para orientar e conscientizar os católicos de sua diocese, além de, principalmente, divulgar as novas diretrizes de um projeto de cristandade com bases no Concílio do Vaticano II⁹⁵.

A Folha foi, quase que integralmente, uma produção do próprio Bispo diocesano, uma espécie de extensão do seu púlpito. Seus artigos e conteúdo evidenciam como a Igreja Católica em Nova Iguaçu refletiu, de forma singular, as características desse novo projeto de Igreja que buscava a *libertação total*. como ele afirma

A Folha foi meu púlpito dominical que podia atingir muito mais ouvintes do que nas minhas pregações... ”⁹⁶;

“Nunca faltou em A Folha à dimensão social da Boa Nova de Libertação total. Numa linguagem muitas vezes contundente os artigos procuravam sacudir a consciência dos católicos e movê-las a assumir a causa dos irmãos pequenos com os quais Cristo se identifica.”⁹⁷

Sendo de autoria do próprio bispo diocesano, o mesmo, no seu último ano de publicação produz um histórico do que foi “A Folha” .

Inicialmente a Folha queria ser um instrumento de comunicação interna da Diocese de Nova Iguaçu. Aos poucos foi assumindo uma dimensão pastoral conscientizadora a partir da liturgia e das linhas pastorais de nossa diocese;⁹⁸

Nas palavras de seu próprio idealizador, o Semanário ganha um status de instrumento de conscientização de uma população que por décadas ficou marginalizada. Isso evidencia a importância dessa fonte para a compreensão da formação política da população de Nova Iguaçu, além de ser possível relacionar isso com a maneira que a Igreja Católica propõe uma nova “ação política” não mais enfatizando os acordos entre a sua Cúria e o Governo, mas buscando uma penetração mais efetiva na realidade social de seus fiéis. Sendo assim, algumas pesquisas tem sido feitas usando esta fonte como meio para compreender de que maneira a Igreja Católica se posicionou frente ao Estado Brasileiro no período do Regime Militar. Dentre elas destaca-se a tese de Rafael Cerqueira do Nascimento, que buscou perceber a

⁹⁵ *Concílio possibilitou a implementação de novas estruturas e práticas eclesiais, assim como a abertura da instituição para as ciências sociais e, conseqüentemente, a novas correntes teológicas, o que teve relevância singular na Igreja Católica na América Latina, sobre a qual o Concílio teve seu maior impacto.*(NASCIMENTO,2007.p.37)

⁹⁶ “O QUE FOI A FOLHA NOS SEUS QUASE 22 ANOS.” A Folha, Nova Iguaçu, 14 de novembro de 1993, Ano 20, nº1143

⁹⁷ Idem, Ibidem

⁹⁸ Idem, Ibidem

relação entre os símbolos católicos e a construção de uma mentalidade cristã libertadora, fazendo um levantamento e analisando o folhetim⁹⁹, considerando:

“A utilização do jornal A Folha, portanto, foi entendida como um fenômeno político de seu período, ou seja, como parte integrante do desenvolvimento de uma atitude política contestatória e de afirmação de um projeto de sociedade que divergia do que estava estabelecido.”¹⁰⁰

Outros focalizam mais na ação do próprio Bispo, como uma espécie de articulador na organização dos movimentos sociais. Nessa perspectiva, Scott Mainwaring analisa como o caso da Diocese de Nova Iguaçu foi singular, pois demonstraria as modificações no papel político da Igreja durante o período posterior a 1974, de abertura política, no qual busca estabelecer as relações entre a Igreja e os movimentos populares e, para isso, se utiliza também desta fonte, dentre outras¹⁰¹.

A importância desse documento, assim como a pessoa do bispo, fica clara na série de eventos ocorridos no período posterior a 1974. Setores da sociedade associavam o teor dos artigos de A Folha, seu apoio a perseguidos políticos e a organização de movimentos como o MAB (Movimento de Amigos do Bairro) ao comunismo e viam o bispo como *subversivo*. Essa leitura ajudaria a entender as razões do sequestro do bispo, em 1976, a falsificação de uma publicação de A Folha, em 1977 e o atentado à Catedral de Santo Antônio, em 1979¹⁰². Esses três acontecimentos têm sido considerados como ataques indiretos do Regime Militar à atuação pastoral da diocese de Nova Iguaçu. Essa vinculação da imagem de Dom Adriano, com setores progressistas da Igreja Católica no Brasil, à subversão e ao comunismo é que precisa ser esclarecida. Para isso, A Folha, como fonte, pode ser de suma importância para se verificar até que ponto as críticas e o discurso contido nela puderam ser caracterizados como

⁹⁹ “Sob o comando de Dom Adriano, a Igreja Católica de Nova Iguaçu passou a produzir o jornal A Folha, no qual o próprio bispo escrevia e no qual também podemos encontrar diversos textos relacionados às questões sociais e políticas presentes naquele contexto. Distribuído não só na Catedral de Nova Iguaçu, mas também direcionado para outras paróquias e pastorais populares em várias regiões do país, A Folha, que inclusive poderia ser assinada, chegou à tiragem de 30 mil exemplares semanais no ano de 1981”. NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. *Imagens da libertação : a atuação política da Igreja Católica de Nova Iguaçu por meio do jornal A Folha (1974-1981)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2007. p.13

¹⁰⁰ Idem, Ibidem. p.14

¹⁰¹ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. p.208

¹⁰² SERAFIM, Adriana da Silva. *D. Adriano: um bispo diocesano e um Movimento de Amigos (1966-1982)*. p.13

subversivos e como o bispo foi identificado como empecilho para segurança nacional. O fato de Dom Adriano Hypólito ter tido, “a partir das atribuições de “bispo vermelho” e “subversivo”, sua imagem vinculada ao que se considerava como contrário em relação à ação de um clérigo e o que se estabelecia como ordem político-social vigente”¹⁰³ não significaria uma forma de oposição direta e uma real associação com os movimentos revolucionários de esquerda, como se poderia supor. No entanto, a presente pesquisa visa apenas elucidar a relação entre o projeto católica de sociedade, no período inicial do semanário, com o tipo de governo ditatorial em vigor no Brasil. Diante disso, é possível usar a mesma generalização sobre A Folha que foi utilizada por Rafael Cerqueira do Nascimento, com o cuidado de assinalar que o período em análise aqui é anterior a 1974. Nascimento apresenta o folhetim como tendo dois temas principais em suas críticas, o modelo econômico e o autoritarismo em vigor no Brasil. Como afirma:

Em relação à Igreja Católica de Nova Iguaçu, por meio do jornal A Folha, a preocupação fundamental que esteve presente nas páginas de seu jornal diz respeito à temática do autoritarismo e do modelo de desenvolvimento econômico que caracterizaram as principais críticas da Igreja Católica de Nova Iguaçu. Mais uma vez, a especificidade da “Folha” reside em sua linguagem e na forma como construiu a crítica ao modelo político-autoritário predominante no Brasil naquele período, buscando trazer para seu fiel-leitor uma interpretação religiosa da realidade nacional, evidenciando sua definição de Igreja Libertadora, traduzida por meio de imagens e símbolos que caracterizaram o discurso do Cristianismo da Libertação em Nova Iguaçu.¹⁰⁴

Em outro momento, já na década de 1990 o mesmo *bispo vermelho*, tenta desconstruir toda essa interpretação que associava A Folha e seu ministério à subversão e a esquerda, como ele afirma:

Duas referências predominam em todos os números de A Folha: a referência a Jesus Cristo, único salvador e mediador da humanidade, e a referência ao povo de Deus.(...)Não viam as referências constantes feitas. E por isso interpretavam como expressão de ideologia de esquerda ou então como desvios da sã doutrina, um jornal diocesano que, por amor a Jesus

¹⁰³ NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. *Imagens da libertação : a atuação política da Igreja Católica de Nova Iguaçu por meio do jornal A Folha (1974-1981)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2007. p.102

¹⁰⁴ Idem, *Ibidem*. p.87

*Cristo e ao seu Povo bem-amado, exercia sua missão profética de denunciar as profanações da face de Cristo na face dos irmãos e de anunciar o novo céu e a nova terra, segundo as promessas de Deus, nos quais reinaria a justiça do Reino.*¹⁰⁵

Claro que é preciso entender a amplitude do discurso proferido no jornal, não só dos opositores, mas principalmente no contexto dos fieis. Se os opositores do bispo se deram ao trabalho de, em 1977, distribuírem uma edição falsa – com a intenção de causar confusão¹⁰⁶ – é porque sua repercussão não se restringia aos leitores locais. Porém, é preciso buscar *o que A Folha* dizia. Ou seja, qual era o tipo de ênfase dada, relacionando com o projeto cristão de sociedade do Vaticano II. E, quais eram as diretrizes do projeto de sociedade defendida e divulgada pelos seus artigos? Qual importância é atribuída, ao fato do autor dos artigos ser o próprio bispo diocesano?

Enquanto Rafael Nascimento buscou traçar nas linhas de *A Folha* um caráter transgressor na utilização da imagem de Jesus Cristo libertador, tentando demonstrar uma oposição ao poder dominante,¹⁰⁷ uma leitura menos maniqueísta poderia enxergar nem tanto uma oposição, mas uma forma de denúncia com a motivação de cuidado pastoral. Isso fica muito mais claro na análise do período inicial do semanário. Com esse objetivo, este capítulo busca relacionar os temas sociais, políticos e econômicos, com a concepção do que é a Igreja e qual a sua missão (elaborados pelo Concílio do Vaticano II). O próprio bispo questiona essa visão sociológica da Igreja, na qual sua ação passaria a ser alvo de análises acadêmicas, porém, na maioria delas a ênfase na mudança social, ou na articulação dos movimentos sociais, deixaria de lado o fato de que a Igreja se vê como uma instância imanente e também transcendente. Sendo assim, a análise do jornal, como fonte histórica, política, social e institucional, não pode perder de vista, também essa esfera (de como a Igreja se vê).

Não fazíamos sociologia. Muito menos qualquer ideologia. Mas procurávamos tirar da fé e da liturgia dominical consequências lógicas de evangelização libertadora para os irmãos e irmãs esmagados por uma ordem social injusta. Injusta, e pior, oposta ao plano de amor do

¹⁰⁵ “O QUE FOI A FOLHA NOS SEUS QUASE 22 ANOS.” *A Folha*, Nova Iguaçu, 14 de novembro de 1993, Ano 20, nº1143

¹⁰⁶ “UM POUCO DA HISTÓRIA DE A FOLHA” *A Folha*, Nova Iguaçu, 21 de novembro de 1993, Ano 20, nº1144

¹⁰⁷ NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. *Imagens da libertação : a atuação política da Igreja Católica de Nova Iguaçu por meio do jornal A Folha (1974-1981)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2007. p.103

*Pai(...)Lembrando-nos da integridade da pessoa humana em sua dignidade total de corpo e de alma, gostaríamos de atender como Jesus às necessidades materiais prementes como: trabalho, educação, saúde, trabalho, salário, participação no processo social, direitos humanos, direitos a cidadania, etc.*¹⁰⁸

Para isso, foi feito um levantamento do período inicial do Jornal, caracterizado pela busca por integrar as comunidades, organizar a diocese na tentativa de consolidar as diretrizes das novas ideias de ser Igreja. Nessa perspectiva, a liturgia deveria ser interiorizada nos fieis, promovendo um aprofundamento da prática do *ser cristão*. Esse levantamento produziu uma constatação dos temas mais frequentes, para, a partir daí, relacioná-los ao debate historiográfico, não perdendo como pano de fundo a implementação das diretrizes do Concílio do Vaticano II, do Plano Pastoral de Conjunto e a relação entre Igreja e Estado.

3.2. A COLUNA – SUA FORMA E SEUS TEMAS

Durante o período analisado (de junho a dezembro de 1972) A Folha seguiu sempre o mesmo padrão de formatação. Geralmente na primeira página encontrava-se a “coluna” pergunte ao bispo, seguindo algumas notícias locais com uma análise editorial e no fim, o jornal trazia a liturgia dominical com um texto sobre a homilia. A coluna começa, a partir da publicação Nº9, em 06/08/1972, com o título: “*A Folha pergunta ao bispo diocesano*”. Trazendo como temas: o sustento de ações pastorais, a conscientização da participação coletiva – como forma de colocar em prática atitudes cristãs – e críticas ao fato da grande imprensa enfatizar somente pontos negativos da Baixada¹⁰⁹. A partir da publicação Nº15, de 17/09/72, a coluna passa a usar como título o próprio assunto a ser tratado, porém o padrão continua o mesmo, sendo composta por perguntas direcionadas ao bispo, seguindo as respostas.

Essa estratégia de perguntas e respostas (curtas e diretas) marcou de forma singular a maneira como o bispo transmitiu e expôs críticas ao modelo econômico em vigor no Brasil. Dessa forma, nesta coluna do semanário, a sua linguagem simples permitiu um entendimento

¹⁰⁸ UM POUCO DA HISTÓRIA DE A FOLHA” A Folha, Nova Iguaçu, 21 de novembro de 1993, Ano 20, nº1144

¹⁰⁹ “A FOLHA PERGUNTA AO BISPO DIOCESANO” A Folha, Nova Iguaçu, 06 de agosto de 1972, Ano 01, nº09

relativamente fácil para boa parte da população de questões pouco abordadas no contexto marginalizado e religioso da Baixada Fluminense, por tratar, ao mesmo tempo, a relação entre religião e política. Assim, apesar de, a partir dessa fonte, não se poder alcançar como os fieis (católicos) reagiram à implementação desse novo modo de ser Igreja, mas fica clara a intencionalidade por parte da hierarquia eclesiástica (na figura o bispo Dom Adriano) de uma conscientização da população com relação às diretrizes do Concílio do Vaticano II, no que se refere à construção de um Cristianismo que integre a esfera social na prática cristã. Portanto, analisando as 22 publicações encontradas do jornal A Folha, no ano de 1972, focalizando na coluna de perguntas e respostas, foi feito um levantamento dos temas mais recorrentes. Sendo, uma classificação meramente didática, com o objetivo de melhor compreender as linhas gerais e a intenção do bispo ao utilizar esse mecanismo para promover e administrar sua diocese.

Cinco temas gerais foram usados como referências. Em primeiro lugar surge o tema da justiça social, caracterizado pela tentativa de formação, organização e implementação de procedimentos e atitudes que revelam um projeto cristão de sociedade, baseado na organização coletiva e nas relações de solidariedade entre os cristãos e a sociedade. O segundo tema envolve a política, propriamente dita, sendo possível perceber análises conjunturais em escala local e/ou nacional, além de críticas ao sistema político, colocando a Igreja como um agente de conscientização da população, articulando e organizando a sociedade civil na busca por uma prática cristã focada na diminuição das injustiças sociais. O terceiro tema envolve as questões de cunho pastoral, no sentido de organização e gerenciamento da própria diocese, buscando implementar mecanismos para um viver cristão nos moldes do Vaticano II. O quarto tema refere-se à moralidade cristã, não apenas no sentido de prática e virtudes pessoais, mas na construção de uma moral que levasse a uma solidariedade coletiva no exercício cristão, associando o sentimento de comunidade ao conceito de corpo de Cristo. E, por fim, o quinto tema aponta os problemas da realidade local da Baixada Fluminense, o que foi determinante para a construção da linha pastoral diocesana para essa população. No levantamento realizado na pesquisa foi possível constatar, nos 22 números a seguinte distribuição temática, de acordo com o Quadro 01:

Quadro 01	TEMAS				
	Justiça Social	Política	Pastoral	Moralidade	Realidade Local

02/07/72 ANO I,n°04					
16/07/72 ANO I, n°06					
06/08/72- ANO I,N°09	X		X		X
13/08/72- ANO I, N°10		X			X
20/08/72- ANO I, N°11					X
27/08/72- ANO I, N°12		X			X
03/09/72- ANO I, N°13		X			
10/09/72- ANO I, N°14		X			X
17/09/72- ANO I, N°15	X		X		
24/09/72- ANO I, N°16	X		X	X	
15/10/72- ANO I, N°19	X		X	X	
22/10/72 - ANO I, N°20	X	X			
29/10/72 - ANO I, N°21		X			

05/11/72 - ANO I, Nº22		X			
12/11/72 - ANO I, Nº23		X			X
19/11/72 - ANO I, Nº24			X	X	
26/11/72 - ANO I, Nº25				X	
03/12/72) - ANO I, Nº26	X			X	
10/12/72 - ANO I, Nº27	X	X			X
17/12/72 - ANO I, Nº28	X		X		
(24/12/72 - ANO I, Nº29	X				
31/12/72 - ANO I, Nº30	X		X		
Total 22 números analisados	10	09	07	05	07
Percentual	45%	41%	32%	23%	32%

É importante salientar que o critério usado na classificação temática acima não foi feito de forma exclusivista, ou seja, em uma mesma coluna é possível perceber mais de uma temática (como ficou demonstrada no Quadro 1).

Nesse primeiro momento, o objetivo dessa análise linear da fonte foi de apresentar de forma resumida as ideias principais de cada Coluna para, em um segundo momento, refletir sobre as temáticas, percebendo como a Igreja Católica, no exemplo da diocese de Nova

Iguaçu, buscou implementar uma Igreja que fosse construída, levando em consideração as particularidades do povo, em específico os mais necessitados, como definia os ideias do Concílio do Vaticano II. Fica claro que o discurso contido nessa fonte aponta uma necessidade da Igreja cuidar do homem como um todo, não apenas da sua alma e sua transcendência, mas também do seu corpo e sua vida em comunidade. A redefinição dos limites entre sagrado e profano leva a uma quebra desse antagonismo, onde o “profano”, passa a ser visto como parte que precisa ser subjulgada ao sagrado. Nesse sentido, os debates sobre a intervenção da Igreja em assuntos classificados como não religiosos, precisa considerar os discursos como os contidos no Jornal A Folha, pois nele percebe-se a necessidade de ver o cotidiano e o tipo de vida das pessoas como parte da atuação da Igreja e, por isso, como alvo de sua ação. Portanto, para uma melhor compreensão dessa relação entre a Igreja e o “mundo”, a partir das implementações do Concílio do Vaticano II, o antagonismo sagrado e profano, deve ser questionado.

Por fim, é preciso cuidado ao ler fontes como essa, pois tratar-se de um discurso religioso e, por ser religioso, considera uma realidade não palpável, difícil de ser compreendida fora do contexto confessional. Apesar da inferência na vida cotidiana (ou mesmo profana) as temáticas entre si revelam que a preocupação do cristianismo está também no *Por Vir*, na vida pós morte, mesmo que isso não apareça tanto no discurso em questão. Outro cuidado está no fato de que somente a partir de 1974, com a criação do MAB (Movimento de Amigos do Bairro), começaria uma interferência mais efetiva no contexto social e político da Baixada por parte da Igreja. Isso evidencia que o discurso de uma Igreja intervencionista – não apenas na aplicação de medidas assistencialistas que minimizassem os problemas sociais – resultou em uma efetiva organização de um movimento social passando a ter uma vida independente da Igreja. Porém, a pesquisa e a fonte não tratam desse momento, mas de um período anterior, onde o foco seria interligar as comunidades e aos poucos passaria a um objetivo de “*conscientização evangelizadora e libertadora dos agentes de Pastoral e os fiéis em geral*”¹¹⁰. Sendo possível verificar na fonte essa passagem de foco, na própria ênfase dos temas tratados na coluna, neste período inicial, será verificado como se construiu uma forma de discurso simples capaz de alcançar não apenas os fiéis, mas outros setores da sociedade, gerando críticas, perseguição e também apoio dentro e de fora da Igreja.

¹¹⁰ UM POUCO DA HISTÓRIA DE A FOLHA” A Folha, Nova Iguaçu, 21 de novembro de 1993, Ano 20, nº1144

3.3 O DISCURSO RELIGIOSO-POLÍTICO DA COLUNA

À luz da relação entre sagrado e profano que moveu a religiosidade católica brasileira, é possível interpretar esse discurso religioso como indício de uma proposta de um modelo católico de sociedade. Isso precisa ser entendido, também em função da relação entre Igreja e mundo (na qual o Estado e a sociedade estão inclusos). A realidade social pode ser verificada na leitura de certas condições relatadas na própria coluna, tais como a marginalização da Baixada Fluminense, da política local e das críticas ao tipo de desenvolvimento adotado no Brasil. Porém, é preciso antes conceituar melhor o que vem a ser discurso religioso. A questão que se coloca é: até que ponto a Coluna “Pergunte ao Bispo” é uma forma de discurso político que se utiliza de um conjunto de representações e legitimações religiosas? Ou seria uma forma de comunicar esta maneira de viver o cristianismo? Ou as duas coisas? No entanto, de uma forma ou de outra a visão de interferência no mundo a partir dos mais necessitados, das periferias passa a ser uma marca significativa da Igreja Católica que deve ser analisada e melhor compreendida. Portanto, apesar da coluna, não ter uma elaboração teórica acadêmica ou teológica, ela como parte do Jornal A Folha veio promover as diretrizes do Concílio do Vaticano II, principalmente no que se refere à implementação de uma sociedade mais justa, através de uma comunicação mais efetiva e do esforço por fomentar ações pastorais que conscientizassem os católicos na organização de movimentos a serviço da sociedade civil.

Como discurso, a coluna usa certas reinterpretações simbólicas do catolicismo, atribuindo às práticas sociais um significado religioso. Dessa forma, para o presente trabalho será utilizado noção do discurso simbólico conceituado por Max Weber, como afirma Sérgio Miceli na Introdução do livro *A Economia das Trocas Simbólicas*, de Pierre Bourdieu:

Os discursos, os ritos e as doutrinas constituem não apenas modalidades simbólicas de transfiguração da modalidade social, mas sobretudo ordenam, classificam, sistematizam e representam o mundo natural e social em bases objetivas e nem por isso menos arbitrárias. Quer dizer, a reelaboração simbólica que um discurso efetiva é parte integral da realidade social e, por esta razão, tal realidade é também constituída, ou melhor determinada, pela própria atividade de simbolização.¹¹¹

¹¹¹ BOURDIEU, Pierre. *Economia das Trocas Simbólicas / Pierre Bourdieu, Introdução, Organização e Seleção Sérgio Miceli*. São Paulo: Perspectiva, 2007. p.LX.

Essa atividade de simbolização, ou esse processo de releitura dos símbolos católicos foram identificados pelo próprio Nascimento na análise que faz do semanário como um discurso político que expressa uma leitura da realidade a partir do olhar político-religioso.

na análise da elaboração de representações do social por parte da Igreja Católica, não descartamos a carga simbólica que esta carrega. Dessa forma, no processo de interlocução política engendrado pela Igreja, por meio de seu discurso, atentamos para seu caráter performativo, que carrega, sobretudo, uma autoridade de seu emissor, que na pretensão de agir sobre o mundo real, age sobre a representação desse real¹¹²

Com esses limites e a opção de centralizar a análise discursiva na temática da justiça social, por entendê-la como eixo balizador para as outras temáticas encontradas na coluna, cabe agora uma pequena reflexão sobre esse conceito tão ambíguo, principalmente para a época em questão. Para a Igreja, a justiça social está ligada à constituição da Doutrina Social da Igreja, sendo o Concílio do Vaticano II o consolidador das tentativas de fazer da Igreja uma agente social, atento e ativo em relação às necessidades reais das pessoas. Dentre todas as mudanças e diretrizes propostas no Concílio, para esta monografia deve-se frisar: a mudança de foco de Igreja instituição para Igreja como povo de Deus, na qual os leigos devem se envolver e serem envolvidos na vida eclesial. Isso leva ao ponto seguinte, a participação leiga mais ativa nas ações sociais da Igreja, inclusive de pessoas de outras religiões ou sem religião, os chamados *homens de boa vontade*. Por fim, a mudança mais significativa e substancial, foi em relação à missão da Igreja. Agora a salvação da alma para eternidade deveria vir acompanhada da construção da justiça social para o presente, ou seja, qualquer estrutura social injusta e opressora passa a ser vista como algo que devia ser combatido se promovesse desigualdades entre os homens. Como já foi discutido, essas diretrizes legitimaram e melhor organizaram várias medidas que já vinham sendo vivenciadas na realidade da Igreja na América Latina como um todo.

Por isso, a justiça social passa a ser um termo com uma ambiguidade enorme, sendo confundido com a subversão, tão temerosa em tempos de Ditadura. Serbim apresenta um capítulo inteiro para discutir essa relação, e afirma que a interpretação dos militares em enxergar subversão nas ações de promoção da justiça social não era de toda errada.

¹¹² NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. *Imagens da libertação : a atuação política da Igreja Católica de Nova Iguaçu por meio do jornal A Folha (1974-1981)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2007.p.17

Justiça social significava a tentativa de a Igreja estabelecer uma sociedade mais igualitária na qual os direitos humanos e democráticos fossem respeitados. Para alguns católicos, justiça social significava aderir aos comedidos ensinamentos dos papas, enquanto para outros implicava muito mais, inclusive a implantação do socialismo. Sem dúvida, algo da justiça social era de fato “subversão” no sentido de que ameaça perturbar ou transformar o status quo.¹¹³

No caso de Nova Iguaçu, a diocese pode ser incluídas nessa discussão. Pois, de um lado nota-se um bispo compromissado com a implementação desse novo conceito de Igreja que se depara com uma realidade social de um total abandono, condições sociais que gritavam como condição interessante para por à prova as diretrizes conciliares. Do outro lado, setores da sociedade demonstravam uma insatisfação com o tipo de práticas vivenciadas e defendidas em Nova Iguaçu, pois interpretavam essas medidas como uma “esquerdização” da Igreja, ou mesmo subversão. Levando ao sequestro do bispo em 1976 e a um atentado na Catedral em 1978. Até uma das publicações de A Folha foi falsificada com o objetivo de alterar o tipo de discurso pronunciado pelo jornal, com a apresentação de um texto de 10 páginas que não fazia parte da edição original. Diante disso o próprio Dom Adriano diz:

A falsificação, foi distribuída aos milhares, em Igrejas de Nova Iguaçu, da Baixada e do Rio de Janeiro. A muitas outras dioceses foram mandados exemplos avulsos. Objetivo da falsificação? Semear confusão intriga, espalhar difamação.¹¹⁴

Voltando ao período de 1972, como já foi contextualizada no decorrer desta monografia, as condições políticas, sociais e econômicas da região, aliada às inovações vivenciadas pela Igreja, levou a diocese de Nova Iguaçu a uma intervenção sistemática no contexto social da cidade, tendo como uma das estratégias a coluna de Perguntas e respostas ao bispo diocesano no semanário A Folha. Portanto, nela buscou-se identificar a temática da justiça social em suas páginas. Sendo que dos 22 números analisados, 10 publicações foram classificadas com a temática da justiça social, correspondendo a 45% dos números. Dessas 10 colunas, apenas 01 fala somente desse tema e em 06 a justiça social aparece junto com um tema pastoral, demonstrado no quadro abaixo (Quadro 2):

¹¹³ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001.p.239

¹¹⁴ “UM POUCO DE HISTÓRIA DE A FOLHA.” A Folha, Nova Iguaçu, 21 de novembro de 1993, Ano 20, nº1144

	Justiça Social	Política	Pastoral	Moralidade	Realidade Local
06/08/72- ANO I,Nº09	X		X		X
17/09/72- ANO I, Nº15	X		X		
24/09/72- ANO I, Nº16	X		X	X	
15/10/72- ANO I, Nº19	X		X	X	
22/10/72 - ANO I, Nº20	X	X			
03/12/72) - ANO I, Nº26	X			X	
10/12/72 - ANO I, Nº27	X	X			X
17/12/72 - ANO I, Nº28	X		X		
(24/12/72 - ANO I, Nº29	X				
31/12/72 - ANO I, Nº30	X		X		

Já a temática sobre política, verificou-se que das 09 colunas com essa temática, 05 se relacionam com a realidade local, apenas 02 com a justiça social e nenhuma com a pastoral. Como apresentado no quadro abaixo (Quadro 3):

	Justiça Social	Política	Pastoral	Moralidade	Realidade Local
13/08/72- ANO I, Nº10		X			X
27/08/72- ANO I, Nº12		X			X
03/09/72- ANO I, Nº13		X			
10/09/72- ANO I, Nº14		X			X
22/10/72 - ANO I, Nº20	X	X			
29/10/72 - ANO I, Nº21		X			
05/11/72 - ANO I, Nº22		X			
12/11/72 - ANO I, Nº23		X			X
10/12/72 - ANO I, Nº27	X	X			X

Apenas com essas relações apresentadas nos quadros 2 e 3, conclui-se que temática da justiça social está mais ligada às investidas pastorais da diocese, enquanto que o discurso sobre a política está mais associados à realidade local. Porém, é possível perceber que as questões levantadas sobre a realidade local foram apresentadas em 07 dos 22 números analisados. O objetivo dessas relações temáticas apresentadas foi fundamentar a escolha de priorizar a discussão a partir da noção de justiça social.

Nos primeiros números a noção de justiça social está atrelada aos objetivos pastorais defendidos pela diocese (nº09,nº15 e nº16). Falando de dízimo, das novas pastorais e do problema da proliferação de outras religiões, o bispo almeja uma Igreja engajada em se aproximar da realidade dos seus fiéis. Nela a justiça social seria a consolidação de atitudes em favor da comunidade, por isso apresenta a defesa do dízimo como uma forma de conscientizar os fiéis da importância de sua participação na vida da Igreja. Orientando sua aplicação para o sustento das paróquias e pagamento dos agentes pastorais, a remuneração de pessoas *que se dedicam ao serviço da comunidade*¹¹⁵ revela uma espécie de profissionalização dessa ação pastoral, pois a visão de uma ação pastoral mais formal e organizada prevê também algum tipo de formalização desse trabalho. Isso demonstra que a visão da diocese não estava limitada a conscientizar os católicos a realizarem ações de serviços básicos não vivenciados pela população. A Igreja passa a estruturar-se para isso, sendo que essas ações deviam estar institucionalizadas. Com relação às novas pastorais, o bispo busca apresentar o aspecto coletivo do cristianismo como um valor a ser compreendido e vivido nas comunidades locais e no cotidiano das pessoas, a partir de uma resignificação dos rituais católicos. Dessa forma, os sacramentos precisariam ser vividos como instrumentos de libertação e entronizados na vida cotidiana do homem¹¹⁶. Esse modo de entender a relação mística do fiel com os sacramentos para além do ritualismo, e nem tanto na transcendência, mas no convívio social, levou a elaboração de uma imagem de Jesus Cristo Libertador nos anos de maior rispidez do discurso do jornal (a partir de 1974). Como aponta Nascimento:

*Por um lado, o jornal litúrgico da Igreja iguaçuana constituiu um imaginário elaborado com a intenção de demonstrar como se fez presente o poder da Ditadura, observado na forma como apresentou as práticas repressivas do exercício do poder, nas diversas situações apresentadas pelo jornal. Por outro lado, seu caráter transgressor se deu, sobretudo, na utilização da imagem de Jesus Cristo Libertador, caracterizada na oposição ao poder dominante.*¹¹⁷

¹¹⁵ “A FOLHA PERGUNTA AO BISPO DIOCESANO”. A Folha, Nova Iguaçu, 06 de agosto de 1972, Ano 01, nº09.

¹¹⁶ “DOM ADRIANO E AS REUNIÕES”. A Folha, Nova Iguaçu, 17 de setembro de 1972, Ano 01, nº15.

¹¹⁷NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. *Imagens da libertação : a atuação política da Igreja Católica de Nova Iguaçu por meio do jornal A Folha (1974-1981)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2007.

O que o autor chama de imagem, Dom Adriano definiu anteriormente como viver os sacramentos no cotidiano, compreendendo o significado mais elevado do que é estar em Cristo e fazer parte do seu corpo (a Igreja). Na prática isso precisa ser evidenciado na vivência cristã comunitária, como afirmou: “*Os sacramentos são instrumentos de libertação. Devem ser entendidos e vividos como tais. Daí a tentativa de fazê-los compreendidos e entrosá-los na vida real do homem.*” ¹¹⁸

Assim, essa vivência cotidiana comunitária deveria ganhar as marcas da fé, levando a comunidade (expressão da Igreja) a ser um lugar de manifestação dessas práticas, de tal forma que nela se perceba a solidariedade, o amor e o engajamento no coletivo, para que o *Cristo* possa ser revelado. Ou seja, a Igreja deveria revelar-se como Igreja de Cristo através dos vínculos de solidariedade entre os fieis e a sociedade como um todo, abrangendo as relações de mutualidade entre os indivíduos e entre a Igreja (comunidade) e as estruturas sociais, na qual se operaria ou não a justiça social. Este é o principal conceito constituidor da noção de justiça social como resultado de uma vivência cristã prática. No entanto, quando discorre sobre quais seriam os pecados mais visíveis na comunidade iguaçuana, o bispo aponta a desunião e a falta de inserção dos cristãos. Ou seja, a dificuldade para a justiça social se apresentar no âmbito da comunidade está relacionada a esses dois limites. Sobre desunião ele considera que o egoísmo de agir sozinho e a vaidade de dominar os outros, são os maiores problemas para o trabalho em equipe. E sobre o a falta de inserção ele diz:

Pode ser que a pastoral tenha pecado muito nesse ponto. Pode ser que durante decênios o peso da pastoral tenha caído sobre os aspectos rituais e estáticos da religião cristã. Pode ser que ainda tenhamos de esperar muitos anos até que dê fruto o nosso atual esforço de engajar os cristãos conscientizá-los (por ex. através dos Cursilhos de Cristandade e outros movimentos). ¹¹⁹

Nesse discurso fica claro que as práticas católicas iguaçuanas estavam longe do ideal almejado pelo bispo, mas também demonstra que um dos objetivos da ação da Igreja deveria ser engajar e conscientizar os cristãos para a construção de uma vivência cristã comunitária.

¹¹⁸ “DOM ADRIANO E AS REUNIÕES”. A Folha, Nova Iguaçu, 17 de setembro de 1972, Ano 01, nº15

¹¹⁹ “DESUNIÃO DE DESENGAJAMENTO – DOIS PECADOS DA PASTORAL”. A Folha, Nova Iguaçu, 17 de dezembro de 1972, Ano 01, nº28

Isso revela que a noção de justiça social seria uma espécie de valor intrínseco no discurso e nas orientações pastorais práticas contidas na coluna. Nesse sentido as orientações pastorais demonstram um esforço do bispo em tornar mais simples essas orientações. A inovação aqui estaria na divulgação a toda comunidade do tipo de linha pastoral adotada pela diocese. Na publicação de número 15 o bispo demonstra que é preciso construir uma prática cristã que vá além dos templos e da massificação. Para isso seria preciso investir na comunidade, porque *Igreja é comunidade*. Na defesa das comunidades de base, ele diz que elas são o lugar onde as pessoas se conhecem, se ajudam e se amam. Por isso são o lugar para viver os sacramentos. O bispo reconhece que não tinha conseguido resultados convincentes no esforço pela renovação dos sacramentos, pois necessitavam de uma formação mais completa dos agentes pastorais. Mesmo assim, essa constatação de “não sucesso” evidencia uma aposta na descentralização da Igreja e um investimento na comunidade como lugar de expressar o cristianismo, uma espécie de ampliação da Igreja. Nela o Evangelho e a vida seriam experimentados na realidade dos relacionamentos entre as pessoas.

Até agora percebeu-se a justiça social vinculada com ações de solidariedade coletiva e no esforço para uma conscientização desse modelo de viver o catolicismo. A partir dessa noção é que se pode avançar para a compreensão do discurso político do Jornal e do bispo com relação às críticas feitas ao regime. É compreensível que certas leituras identifiquem na Folha um discurso de resistência, como a leitura feita por Nascimento. No entanto, a proposta aqui defendida seria de enxergar a Folha como uma forma de comunicação interna de uma diocese que aos poucos assumiria uma dimensão pastoral de conscientização das linhas pastorais da diocese¹²⁰, na qual o discurso de resistência e de crítica política seria um tipo de subproduto ou parte corolária. Nesse sentido, o ideal seria chamar de discurso *religioso-político*, ao invés de *político-religioso*, utilizado praticamente por toda historiografia analisada. Isso porque o discurso parte do ambiente religioso, portanto, para compreendê-lo é necessário saber como e por que ele foi produzido. Além disso, quando consideramos o olhar político, antes no religioso, nesse contexto, a leitura feita pode estar condicionada ou até viciada em função do debate político da época, ou da memória que se pretende privilegiar. Com essas ressalvas, é possível partir para uma reflexão em torno da temática política presente na Coluna de Perguntas e respostas contidas na Folha.

¹²⁰ A FOLHA – 14 DE NOVEMBRO DE 1993 – ANO 20 Nº 1143 - O QUE FOI A FOLHA NOS SEUS QUASE 22 ANOS (por Dom Adriano Hypólito OFM, Bispo Diocesano)

As questões que envolvem a temática política foram uma constante nas páginas da Folha, assim como na vida de Dom Adriano. Isso pode ser constatado já nesse período inicial, no ano primeiro ano do jornal. Como foi apresentado, o ano de 1972, foi um ano político muito conturbado, Nova Iguaçu passaria por um pleito municipal para escolha de seu prefeito, após um período de intervenção. Na cena nacional os militares buscavam utilizar a propaganda cívica como uma forma de legitimar o governo, enfatizando as comemorações do Sesquicentenário da Independência, no resgate da memória de D. Pedro I. Janaina Martins Cordeiro, busca apresentar analisar as comemorações do Sesquicentenário da Independência como movimento capaz de recuperar os debates em torno da memória construída sobre o regime civil-militar. Sobre isso ela afirma:

Sob este aspecto, em 1972, as comemorações do 150º aniversário da Independência procederam a uma recuperação ufanista da história do Brasil, de acordo com a qual, em 1822 D. Pedro I havia realizado a independência política da nação e, então, os militares realizavam a independência econômica.”¹²¹

Esse tema, na publicação número 06, ainda sem a coluna “Pergunte ao Bispo”, apresenta trechos da mensagem de Dom Helder Câmara no Centenário de posse de Dom Vidal, bispo que foi preso em 1874 – envolvido no que a historiografia denominou “Questão Religiosa”. Serve de base para a defesa da obediência a Igreja, mesmo que para isso se tenha que desobedecer o Estado, e ainda fala da visão da Igreja baseada no Vaticano II, lançando críticas à concepção de que a Igreja deva apenas se preocupar apenas com questões espirituais e litúrgicas, defende uma Igreja que não fique indiferente aos acontecimentos do mundo¹²². Diante dessa tensão, Serbin afirma:

Tanto a Igreja como o Estado preparavam-se para usar as comemorações de 1972 como plataforma política. Em Janeiro de 1972, a CNBB anuncia a intenção da Igreja de colaborar no programa oficial do Sesquicentenário, e em abril revelou que o episcopado prepararia um documento especial para a data. Houve especulação da imprensa sobre o impacto político do anúncio. O ano possuía um significado adicional para o clero porque

¹²¹ CORDEIRO, Janaina Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. XIII Encontro de História – ANPUH-Rio.

¹²² “PARA A SUA REFLEXÃO, A IGREJA HOJE (Trechos da mensagem de Dom Helder Câmara no Centenário de Posse de Dom Vital, transcrito do Boletim diocesano)”. A Folha, Nova Iguaçu, 16 de julho de 1972, ANO I, nº06.

*marcava o centenário do início do Questão Religiosa, um dos mais sérios conflitos Igreja x Estado da história do Brasil.*¹²³

Essa tensão política entre Igreja e Estado no âmbito nacional acabou refletindo na realidade da diocese iguaçuana. Pois a Igreja buscava continuar sendo parte constitutiva na formação da identidade nacional, mesmo que não coadunasse, em algumas ações do governo. Por parte do governo, o autor considera que o uso da comemoração do Sesquicentenário revelava uma tentativa de construir uma cidadania decorativa nos termos de Carlos Fico¹²⁴. Nesse impasse, a Igreja diminui o tom de seu discurso durante o ano – isso, em parte, graças a Bipartite. Porém, no caso de Nova Iguaçu, a crítica lançado por Dom Adriano está, na direção do esquecimento da população e dos governantes em torno desse evento cívico. Na publicação número 12 sobre o clima de patriotismo e de progresso no Brasil em meios aos festejos do Sesquicentenário, Dom Adriano coloca a questão de que até nisso a Baixada é marginalizada, pois os festejos foram poucos e pouca foi motivação da população¹²⁵.

Em linhas gerais o bispo defende um tipo de relação entre Igreja e Estado através da inserção dos cristãos nas esferas mais diversas da sociedade, isso incluiria a esfera política e estatal. Na coluna “O que o bispo espera dos políticos eleitos”, apesar de ficar claro que a Igreja tinha um projeto civilizatório de bases cristãs para o Brasil, sua relação e articulação com o Estado era definido a partir dos “cristãos-cidadãos” (conscientizados por um projeto de Evangelho libertador e instaurador de justiça social) que se tornaria parte da vida política da sociedade. Não espera, nem defende relações institucionais, pois o papel da Igreja é o da promoção e organização da sociedade civil, para que a partir dela houvesse ingerências na esfera política. Dessa forma, a ligação entre Igreja e Estado podem ser consideradas em questões pontuais, como afirma:

*Ainda que ache fecunda e necessária a colaboração da Igreja Oficial e do Estado, sobretudo em áreas de interesse comum, como por ex. a educação, a justiça social, etc, penso que é uma grande vantagem para todos a separação entre ambos, como está na Constituição de nosso país, desde a instauração da República.”*¹²⁶

¹²³SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001. p. 272

¹²⁴ Idem, 273

¹²⁵“A FOLHA PERGUNTA AO BISPO DIOCESANO”. A Folha, Nova Iguaçu, 27 de agosto de 1972, Ano 01, nº12.

¹²⁶ “O QUE O BISPO ESPERA DOS ELEITOS?”. A Folha, Nova Iguaçu, 10 de dezembro de 1972, Ano 01, nº27

Além disso, esse artigo traz uma visão reveladora sobre a relação entre política nacional e municipal. Para o bispo, a “Revolução”, apesar das restrições ao sistema democrático não impediria o funcionamento da política municipal. Assim, o que o bispo espera dos eleitos é que eles possam desenvolver a política local de tal forma que contribua para o progresso orgânico e integrado dos municípios da Baixada. “*As restrições que a Revolução impôs ao sistema democrático entre nós, não impedem o funcionamento da política municipal, desde que haja decisão e humildade nos responsáveis*”¹²⁷.

Essa declaração revela duas coisas que precisam ser analisadas. Primeiro, o bispo utiliza do termo revolução. A temática e conceituação do processo e manutenção do governo militar tem sido alvo de uma grande discussão historiográfica. Dois grupos, bem distintos surgem buscando conceituar o movimento que culminou na deposição do Presidente João Goulart, são eles: os memorialistas do poder e os do contrapoder¹²⁸. O primeiro formado pelos militares e defensores dessa intervenção e o segundo formado pelos opositores e grande parte da sociedade civil intelectual a partir dos anos 1980. Nos discursos do poder, o termo revolução aparece com o objetivo de defender a intervenção militar, na análise feita por Lucileide Costa Cardoso percebeu-se que os discursos produzidos pelos golpistas não mencionam a interrupção do processo democrático, nem a usurpação das liberdades e dos direitos humanos¹²⁹. A questão é por que o bispo utiliza o termo geralmente atribuído a uma memória não ligada aos movimentos de resistência? Sendo que a historiografia referente a ação política da Diocese de Nova Iguaçu – analisada neste trabalho – classifica a ação e o discurso do bispo diocesano como um movimento de resistência ao regime. A possibilidade é que esse conceito de discurso de resistência necessite ser questionado. Portanto, a partir das análises da coluna “Pergunte ao Bispo”, constatou-se que o discurso da Folha tinha um foco muito mais voltado para o contexto das melhorias das condições de vida das pessoas e de uma ação pastoral nos moldes do Vaticano II, do que um objetivo de marcar uma oposição ao Regime Militar.

Em segundo lugar, o bispo fala da possibilidade de um funcionamento político municipal, apesar das restrições impostas ao sistema democrático. Essa declaração evidencia a

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ CARDOSO, Lucileide Costa *Os discursos de celebração da ‘Revolução de 1964*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, nº 62, p. 117-140 - 2011. p.137

¹²⁹ Idem.

possibilidade de uma certa margem de atuação política no âmbito municipal. A questão da decisão e humildade dos responsáveis pode ser entendida no sentido de que os políticos deveriam prover uma formação política para os candidatos e para os eleitores. Esse discurso apareceu na coluna “Um Conselho aos Políticos, Um Só”.

“Seria urgente que os dois partidos políticos criassem imediatamente sua escola de formação política, para os candidatos e para os eleitores. Utopia? Creio que isto é um dos aspectos da dimensão cristã que nós, como cristãos, devemos imprimir à atividade política”¹³⁰

Essas constatações levam à conclusão de que uma das principais questões em torno do que foi o processo que levou ao Regime Militar em 1964 e sua continuidade está intimamente ligada ao processo de construção e disputas em torno dessa memória. Por isso, para esta pesquisa será adotado o entendimento exposto pela pesquisadora Lucileide Costa Cardoso que enxerga 1964 início de uma ditadura civil-militar.

Portanto, 1964 não se constitui como um mero acidente no processo político brasileiro (golpe militar), nem tampouco, pela sua própria natureza, foi uma revolução. Adotamos o conceito de regime militar ou, ainda, ditadura civil-militar, que melhor expressa as potencialidades dos desdobramentos do 31 de março de 1964. Do ponto de vista da crise político-institucional, identificou-se como um movimento político-militar conservador, em oposição às ‘reformas de base’ nacional-populistas e à participação política de setores populares. Também foi capaz de expressar interesses das classes dirigentes com respaldo das classes médias. Garantiu o atrelamento do empresariado nacional ao capitalismo internacional, correspondendo ao extrato moderno da burguesia industrial.¹³¹

Entender que muitas das disputas vistas no período do Regime Militar podem ser projeções de disputas de memórias posteriores ajuda a esclarecer algumas contradições, como as que consideram a ambiguidade das relações entre Igreja e Estado, hora vista como aliada, hora como foco de resistência ao Regime. Pois, torna-se tão necessário reconhecer o discurso religioso em função das mudanças vividas pela Igreja, quanto analisar os processos de aproximação e distanciamento dessas duas instituições. Isso porque, para a Igreja a ação política cristã não se vincularia mais às ligações institucionais. Agora a intervenção na política deveria ser vivenciada a partir da conscientização das agentes (eleitores e candidatos)

¹³⁰ UM CONSELHO AOS POLÍTICOS, UM SÓ”. A Folha, Nova Iguaçu, 12 de novembro de 1972, Ano 01, nº23

¹³¹ CARDOSO, Lucileide Costa *Os discursos de celebração da ‘Revolução de 1964*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, nº 62, p. 117-140 - 2011. p.137

e isso visto como um dos muitos aspectos da dimensão cristã. Sendo, um dos aspectos, se lido de forma isolada, produziria interpretações também isoladas.

Claro que o bispo, no decorrer dos anos, mostrou uma paixão muito grande por esse *aspecto da dimensão cristã*, sempre aparecendo em seu discurso. Das nove colunas com a temática política, em cinco o foco foram as eleições, quatro antes e uma depois do pleito municipal em 15 de novembro de 1972. Na coluna “A Campanha Política Começou” Dom Adriano avalia o processo eleitoral de forma positiva, pois traria a conscientização do povo e a possibilitaria a renovação dos quadros. Porém, traz a dificuldade de se construir projetos de campanha consistentes já que *“os candidatos da ARENA querem a graça e os do MDB não querem a desgraça. As críticas são riscadas totalmente, ou aparecem tão veladas que mal se entendem.”*(...) *Na situação atual da Baixada Fluminense creio que mais se deve olhar o candidato do que o Partido.”*¹³². Neste número A Folha trás um artigo intitulado: “Política”, como uma defesa da participação do “laicado cristão” na vida política da Baixada. Não coloca como obrigação do clero regular, mas aponta para a falta de participação de cristãos comprometidos com a fé na esfera política. Sua análise evidência uma certa margem de atuação política nas esferas municipais e estaduais, dado os limites do regime de exceção na esfera federal. Assim, a Igreja, como instituição regular, não deveria se envolver nas questões partidárias, mas os cristãos sob sua orientação sim.

Essa diferenciação seria fundamental para o entendimento desse projeto de sociedade definido nas páginas do Jornal. Nele o engajamento político pode ser visto como o um dos resultados, ou uma das expressões, desse novo conceito do que é viver o cristianismo. Como aconteceria essa ação política da Igreja? Nas duas colunas seguintes o bispo apresenta dois problemas relacionados à política local: a falta de participação da população e a existência de seis candidatos, sendo que existiam somente dois partidos (eram 3 candidatos da ARENA e 3 do MDB). Essa falta de um projeto político para a cidade e a campanha girando em função de obtenção dos votos¹³³, apresenta-se como um problema de ordem social-política; além disso,

¹³² “A CAMPANHA POLÍTICA COMEÇOU”. A Folha, Nova Iguaçu, 22 de outubro de 1972, Ano 01, nº20.

¹³³ “ELEIÇÕES”. A Folha, Nova Iguaçu, 29 de outubro de 1972, Ano 01, nº21;

“ELEIÇÕES & CANDIDATOS”. A Folha, Nova Iguaçu, 05 de novembro de 1972, Ano 01, nº22

foi interpretado pelo bispo como uma das razões dos diversos problemas vividos em toda Baixada, tornando-se uma questão a ser resolvida. Em outros tempos a Igreja teria se omitido, limitando-se em “*salvar as almas*”. Com a mudança de perspectiva da Igreja, ela deveria agir politicamente, pois entendia que a uma intervenção cristã na política combateria a injustiça social produzida pelo descaso dos atuais líderes políticos. Ainda, nesse momento a questão estrutural e institucional merecia críticas, mas não se buscava subvertê-las.

Por fim, a leitura da realidade concreta por parte da Igreja ganharia uma força muito importante, pois ela traria a luz as necessidades e como a Igreja, como instituição e corpo místico, poderia intervir. Três eixos parecem nortear o entendimento do bispo com relação aos problemas sociais vivenciados na Baixada. O primeiro seria o problema político, percebido no descaso das lideranças políticas locais e na falta de conscientização da população para uma prática política ativa. O segundo eixo seria a marca da violência na região. Em quatro publicações seguidas, do número 09 ao 12, a tema da violência aparece. Na coluna “Sobre a Violência”, chega a uma conclusão das possíveis causas dessa violência: “o desenraizamento” dos migrantes (novos trabalhos urbanos com mentalidade tradicional rural); a falta de formação; a “tradição dos caciques políticos”; e “as tradições de violência da nossa policia”¹³⁴. Alguns dessas causas foram abordadas na obra de Souza Alves¹³⁵. O terceiro eixo, pode ser definido a partir da questão em torno do desenvolvimento, ele aparece em três das sete colunas identificadas com a temática da realidade social. Ao aproximar desenvolvimento de integração, inclui na discussão a Baixada como uma região que precisa ser integrada nos planos de desenvolvimentos nacionais. Dom Adriano afirma: “*Desenvolvimento sem esforço corajosos de integração equivale a subdesenvolvimento cultivado. Talvez se possa mesmo afirmar que o subdesenvolvimento se caracteriza, antes de tudo, pela falta de integração.*”

¹³⁶.

Portanto, A Folha, este panfleto orientador de uma modelo de sociedade na qual os valores de uma Igreja, engajada socialmente, buscava formas de comunicação com os seus

¹³⁴ “A FOLHA PERGUNTA AO BISPO DIOCESANO”. A Folha, Nova Iguaçu, 13 de agosto de 1972, Ano 01, nº10

¹³⁵ Tema discutido no Capítulo I. ALVES, José Claudio Souza. *Dos Barões ao Extermínio* – Uma História da Violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003.

¹³⁶ “A FOLHA PERGUNTA AO BISPO DIOCESANO”. A Folha, Nova Iguaçu, 10 de setembro de 1972, Ano 01, nº14.

fiéis, objetivando simplificar a mensagem para que pudesse ser compreendida e praticada no ambiente da comunidade local. Tendo um discurso político em função e subjugado ao religioso, ao passo que ampliava a esfera do sagrado às relações sociais, pode ser compreendida como um agente de fundamental no período do Regime Militar, tanto por sua força institucional, quanto por sua ação nas bases da sociedade. Foi essa ação que levou as ciências humanas a reverem o olhar de instituição a serviço do status quo, considerando suas novas ações como um novo posicionamento político diante das estruturas sociais. Tais leituras tendem a não considerar as ligações integradas (tanto do discurso como da prática) com a esfera religiosa. Sendo assim, é de suma importância buscar na escala regional, nas práticas e nos discursos locais indícios que comprovem ou não as interpretações feitas com relação a Igreja e o Estado. Isso pode ser feito no caso da Diocese de Nova Iguaçu, apontando para a possibilidade de que antes de ser um discurso de resistência a Folha deve ser vista como um divulgador do modelo cristão de sociedade que se propõe a uma maior intervenção nas esferas antes conceituadas como seculares.

CONCLUSÃO

O que teria levado a Igreja a mudar suas interpretações de si e do mundo? Como processo histórico, é possível considerar a relação Igreja-Estado para além das implicações institucionais? E com relação ao discurso produzido, seria possível desvinculá-lo da esfera religiosa? Foram questões gerais norteadoras desta pesquisa que não foram respondidas aqui em sua totalidade, por isso é preciso sempre refazê-las com o objetivo de aprofundar o entendimento sobre as esferas que envolvem o ser humano, sua história e memória. Sendo assim, partindo da constatação de que existiu uma relação entre Igreja e Estado desde a formação do Estado Português, passando pelo período colonial brasileiro, pelo Império, chegando à República, com a desvinculação institucional, a pesquisa demonstrou que a relação Igreja-Estado precisa ser pensada em função do tipo de sociedade que envolve essas instituições. Por isso o esforço do trabalho foi o de – a partir de um olhar de longa duração – demonstrar que existe um certo padrão nessa relação: a sobreposição da esfera religiosa sobre a profana, pelo menos no discurso religioso. Para então, perceber no caso específico da diocese de Nova Iguaçu, uma tentativa de reproduzir uma prática de vivência social em função do discurso religioso que não apenas interpreta a realidade, mas propõe uma intervenção nas estruturas da sociedade, pois tais são vistas como causadoras da injustiça social. Portanto para entender esse discurso é preciso considerar as esferas religiosa e profana como parte da mesma forma de pensar, viver e compreender a sociedade. Por isso, mesmo com a desvinculação institucional, na República, o Estado e a Igreja continuaram coexistindo, cada uma seguindo seu próprio caminho, tendo a sociedade como um elo entre eles. Então, mesmo sem a vinculação direta, Igreja e Estado continuaram conectados influenciando a sociedade cada um com seus objetivos específicos, mas com um objeto comum, o povo brasileiro. Redefinindo-se mutuamente e, principalmente, sendo parte de um mesmo processo histórico, com suas convergências e divergências, percebidas especialmente em função dos projetos de sociedade, como ficou demonstrado no caso do período do Regime Militar. Usando uma comparação meramente ilustrativa, seria possível considerar a relação Igreja e Estado como um casamento de conveniência, nos moldes da sociedade de Antigo Regime (Padroado Régio), longo e duradouro, chegando a um divórcio consensual. Porém, esse casamento encerrado deixou uma herdeira (a Nação), essa que sempre foi a razão da existência dessas duas instituições.

Claro que essa comparação é muito simplória, mas elucidativa no sentido de que durante o período que segue a Igreja foca suas ações quase que exclusivamente na esfera social, ainda com alguma expectativa de restaurar o vínculo institucional e buscando manter a sua força na consolidação da identidade nacional. No decorrer do século XX o divórcio se consolida, mas a Igreja não abre mão de ser a referência moral para sua filha e, pelo menos no período da Ditadura, o Estado não vê problema nisso, desde que seus interesses – de ter uma filha bem arrumada e obediente – não fosse desrespeitado. A relação torna-se instável na medida em que as divergências entre eles se intensificam – principalmente com relação ao desrespeito aos direitos humanos (pelo Estado), e da proximidade da Igreja dos movimentos considerados subversivos. Isso revela que o Estado buscava uma sociedade ordenada e disciplinada, esperando da Igreja uma posição de legitimadora dessa ordem, enquanto que a Igreja vivia um tempo de questionar essa ordem ocidental, passando a considerá-la como uma das causas da injustiça social. Nesse impasse, o caso da Diocese de Nova Iguaçu surge como um exemplo de como a Igreja aprofunda ainda mais o seu vínculo com a sociedade e tenta apresentar suas críticas ao Estado, sem propor necessariamente uma quebra no ordenamento da nação. Nisso revela-se alguma ambiguidade, quando não é considerado o caráter conservador da Igreja. Mesmo sendo caracterizada como um agente de resistência, reacionária e mobilizadora dos movimentos sociais, a Igreja em sua natureza não prevê ruptura na ordem instituída.

Por isso o discurso político eclesiástico, como evidenciado no caso da Coluna Pergunte ao Bispo, deve ser lido em função dessa esfera religiosa, no qual a diferença está na ampliação e inclusão de outros temas considerados seculares na pauta de intervenção eclesiástica. Portanto, o movimento iniciado no fim do século XIX, a partir da *encíclica Rerum Novarum*, levando a Igreja a repensar sua natureza e missão em função das necessidades percebidas na sociedade, chegando ao Concílio do Vaticano II (pensado em função da realidade regional de um lugar periférico, carente e violento) ajuda a compreender como as interações entre sagrado e profano operam justamente no ambiente da sociedade. No caso analisado nesta monografia ficou evidenciado que a Igreja ao incorporar questões antes entendidas como da esfera profana passa a ser considerada em função de sua ação na sociedade, podendo levar a uma interpretação desvinculada do discurso religioso. A questão levantada apresenta-se em torno da melhor compreensão dos processos que levam a separação ou de interseção entre sagrado e profano, considerando-o como ponto chave para

compreender os limites e a enorme dificuldade em se pensar as inter-relações e questões que envolvam essas esferas da vida (religião e ciência, imanência e transcendência), pois o projeto cristão de sociedade visto nas páginas de A Folha, mesmo que não consolidado, apresenta uma proposta de intervenção social baseada em uma legitimização religiosa. Com o tempo os movimentos ao se desvincularem da Igreja ganham vida própria, porque, também, foi quando se deu o processo de abertura política e redemocratização, fazendo com que esses grupos não mais necessitam do aparato e estrutura da Igreja.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES:

PLANO DE PASTORAL DE CONJUNTO – 1966-1970. EDIÇÃO DE 2004

“A FOLHA PERGUNTA AO BISPO DIOCESANO”. **A Folha**, Nova Iguaçu, 06 de agosto de 1972, Ano 01, nº09.

“A FOLHA PERGUNTA AO BISPO DIOCESANO”. **A Folha**, Nova Iguaçu, 13 de agosto de 1972, Ano 01, nº10.

“A FOLHA PERGUNTA AO BISPO DIOCESANO”. **A Folha**, Nova Iguaçu, 20 de agosto de 1972, Ano 01, nº11.

“A FOLHA PERGUNTA AO BISPO DIOCESANO”. **A Folha**, Nova Iguaçu, 27 de agosto de 1972, Ano 01, nº12.

“A FOLHA PERGUNTA AO BISPO DIOCESANO”. **A Folha**, Nova Iguaçu, 03 de setembro de 1972, Ano 01, nº13.

“A FOLHA PERGUNTA AO BISPO DIOCESANO”. **A Folha**, Nova Iguaçu, 10 de setembro de 1972, Ano 01, nº14.

“DOM ADRIANO E AS REUNIÕES”. **A Folha**, Nova Iguaçu, 17 de setembro de 1972, Ano 01, nº15.

“MACUMBA – FRACASSO DA IGREJA?”. **A Folha**, Nova Iguaçu, 24 de setembro de 1972, Ano 01, nº16.

“SOLIDARIEDADE DE AMIGOS AS OBRAS DA DIOCESE”. **A Folha**, Nova Iguaçu, 15 de outubro de 1972, Ano 01, nº19.

“A CAMPANHA POLÍTICA COMEÇOU”. **A Folha**, Nova Iguaçu, 22 de outubro de 1972, Ano 01, nº20.

“ELEIÇÕES”. **A Folha**, Nova Iguaçu, 29 de outubro de 1972, Ano 01, nº21.

“ELEIÇÕES & CANDIDATOS”. **A Folha**, Nova Iguaçu, 05 de novembro de 1972, Ano 01, nº22.

“UM CONSELHO AOS POLÍTICOS, UM SÓ”. **A Folha**, Nova Iguaçu, 12 de novembro de 1972, Ano 01, nº23.

“O PECADO JÁ ERA?”. **A Folha**, Nova Iguaçu, 19 de novembro de 1972, Ano 01, nº24.

“ACABOU O PECADO, ESVAZIAM-SE AS IGREJAS!”. **A Folha**, Nova Iguaçu, 26 de novembro de 1972, Ano 01, nº25

“SÓ SEXO É PECADO?”. **A Folha**, Nova Iguaçu, 03 de dezembro de 1972, Ano 01, nº26

“O QUE O BISPO ESPERA DOS ELEITOS?”. **A Folha**, Nova Iguaçu, 10 de dezembro de 1972, Ano 01, nº27

“DESUNIÃO DE DESENGAJAMENTO – DOIS PECADOS DA PASTORAL”. **A Folha**, Nova Iguaçu, 17 de dezembro de 1972, Ano 01, nº28

“SALVAÇÃO DA ALMA OU TRANSFORMAÇÃO DO MUNDO”. **A Folha**, Nova Iguaçu, 24 de dezembro de 1972, Ano 01, nº29

“CURSILHOS DE CRISTANDADE” PASTORAL”. **A Folha**, Nova Iguaçu, 31 de dezembro de 1972, Ano 01, nº30

“O QUE FOI A FOLHA NOS SEUS QUASE 22 ANOS.” **A Folha**, Nova Iguaçu, 14 de novembro de 1993, Ano 20, nº1143

“O QUE O BISPO ESPERA DOS ELEITOS” **A Folha**, Nova Iguaçu, 10 de dezembro de 1972, Ano 1, nº27.

“UM POUCO DE HISTÓRIA DE A FOLHA.” **A Folha**, Nova Iguaçu, 21 de novembro de 1993, Ano 20, nº1144

“PARA A SUA REFLEXÃO, A IGREJA HOJE (Trechos da mensagem de Dom Helder Câmara no Centenário de Posse de Dom Vital, transcrito do Boletim diocesano)”. **A Folha**, Nova Iguaçu, 16 de julho de 1972, ANO I, nº06.

ARTIGOS, CAPÍTULOS E LIVROS

ALVES, José Claudio Souza. *Dos Barões ao Extermínio* – Uma História da Violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003.

ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. Brasiliense: São Paulo, 1979.

AMES, José Luiz. *Religião e política no pensamento de Maquiavel*. Zriterion vol.47 no.113 Belo Horizonte June 2006

BARROS, José D’Assunção. “*A História Social: seus significados e seus caminhos*” in LPH - Revista de História da Universidade Federal de Ouro Preto. Nº 15, 2005; p.235-256

AZZI, Riolando. *História da Igreja no Brasil. Ensaio de Interpretação a partir do povo. Tomo II/3-2. Terceira Época de 1930 a 1964*. Petrópolis: Vozes, 2008.

BEOZZO, José Oscar. *Padres Conciliares Brasileiros no Vaticano II: Participação e Prosopografia*. Tese (Doutorado) – USP Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas São Paulo, 2001.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO Gianfranco. *Dicionário de Política VI. I de A a K*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª ed. 1998

BONATO, Massimo. *Transformações do catolicismo brasileiro pós-Concílio Vaticano II: uma análise da ação pastoral do padre Alberto Antoniazzi*”. Dissertação de Mestrado - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2009

- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. Introdução, organização e seleção Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- CANCIAN, Renato. *Igreja Católica e Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: Claridade, 2011.
- CARVALHO, Jose Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.
- CORDEIRO, Janaina Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. XIII Encontro de História – ANPUH-Rio.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Estrutura e escolhas: era o golpe de 1964 inevitável? In: SEMINÁRIO 40 ANOS DO GOLPE DE 1964. *1964-2004: 40 anos do golpe. Ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, 26-35.
- GIUMBELLI, Emerson. *Religião, Estado, modernidade: notas a propósito de fatos provisórios*. Estud. av. v.18 n.52 São Paulo set./dez. 2004
- GOMES, Alexander de Souza. *Religião e Política: Construção da Memória de Dom Adriano Hypólito*. Dissertação (Mestrado) – UERJ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2012
- HAUCK, João Fagundes; FRAGOSO, Hugo; et.al. *A História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo Segunda Época – Século XIX*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 1980
- HORNAERT, Eduardo, AZZI, Riolando. et al. *História da Igreja no Brasil. Ensaio de Interpretação a partir do povo. Primeira Época – Período Colonial*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- KUHNEN, Alceu. *As Origens da Igreja no Brasil: de 1500 a 1552*. Bauru-SP:Edusc, 2005. p.3
- LOWY, Michael. *A Guerra dos Deuses*. Petrópolis: Vozes, 2000
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- MARX, K. ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martin Fontes, 2001.
- MONTENEGRO, João Alfredo. *A Evolução do Catolicismo no Brasil*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1972.
- NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. *Imagens da libertação : a atuação política da Igreja Católica de Nova Iguaçu por meio do jornal A Folha (1974-1981)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2007.
- RICCI, Magda Maria de Oliveira. *Assombrações de um padre regente(1784-1843)*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, CECULT-IFCH

ROMANO, Roberto. Brasil: *Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Império (1840-1889)*. (Tese de doutorado). Roma: UNIGRE, 2010

SERAFIM, Adriana da Silva. *A Missa da Unidade Entre Faixas e Crucifixos: Hierarquia e Política na Diocese de Nova Iguaçu (1982)*. Dissertação (mestrado) – UFRRJ – Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Curso de Pós-Graduação em História, 2013.

SERAFIM, Adriana da Silva. *D. Adriano: um bispo diocesano e um Movimento de Amigos (1966-1982)*:

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001.

SOUZA, Luis Alberto Gómez de. **Do Vaticano II a um novo Concílio?** O olhar de um cristão leigo sobre a Igreja. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

SOUZA, Luiz Alberto Gomez de. *Do Vaticano a um Novo Concílio?: O olhar de um Cristão Leigo sobre a Igreja*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.